



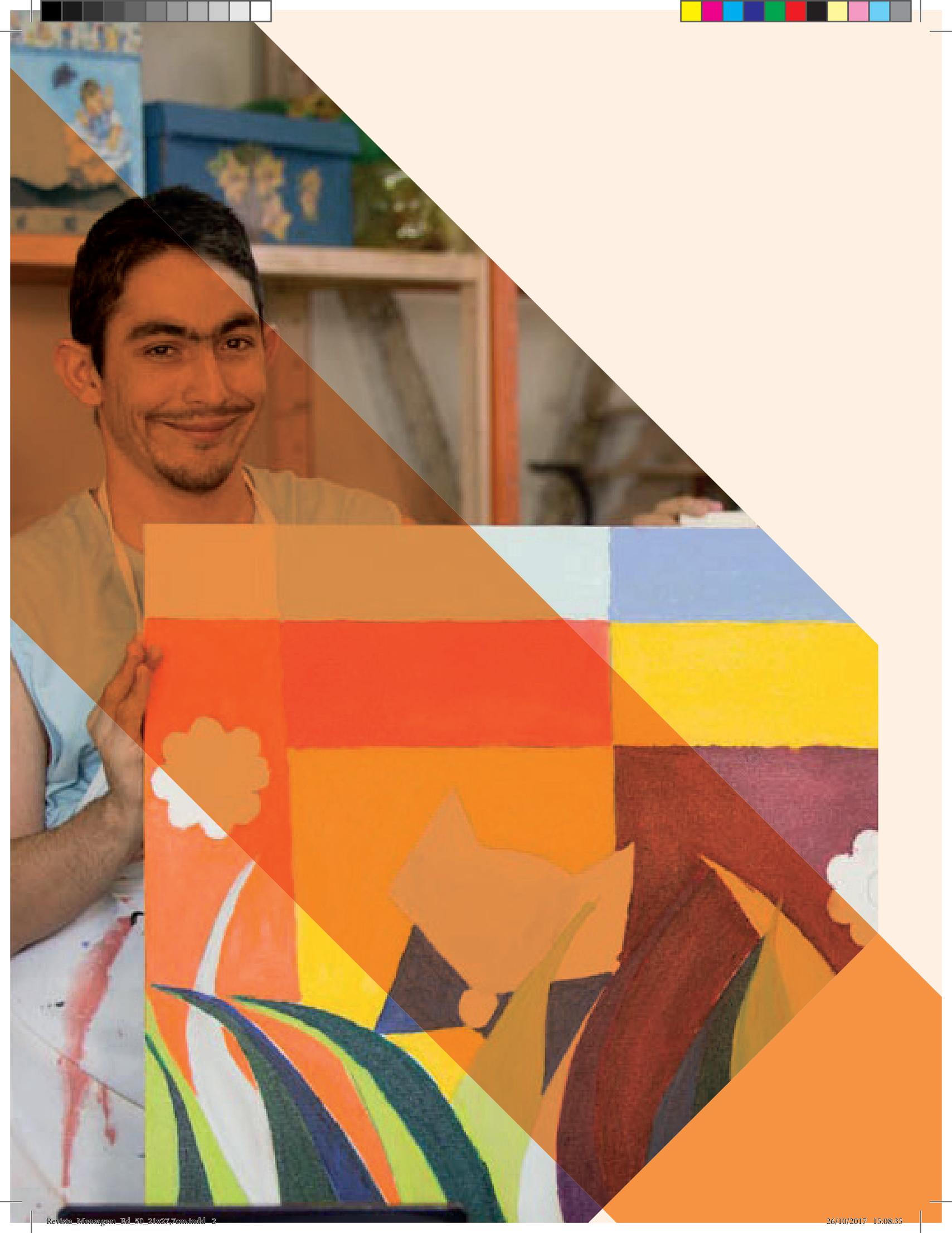
Revista *Mensagem* da APAE



Evento Interacional
*10ª Conferência da Convenção
dos Direitos das Pessoas com
Deficiência da ONU, em NY*

Destaque
54 anos da Revista Mensagem da Apaes

Seminário
Documentos Nortecedores



Palavra da Presidente

Queridos leitores.

Estamos chegando ao final da 2ª Gestão na Presidência da Federação Nacional das Apaes.

Tivemos muita honra em efetuar nosso trabalho em reconhecimento à grande causa: fazendo defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Entre muitas ações efetivadas, registramos o momento importante porque passa o Movimento das Apaes no Brasil.

Com uma capilaridade de país, com 24 Conselhos Regionais e atendendo 2.170 Apaes ressaltando a grande parceria com os títulos de capitalização o que propiciam à todas as Apaes o atendimento da ponta, que é por quem todos nós trabalhamos.

Destacamos a presença da Fenapaes na ONU pela primeira vez interagindo com 173 países parte, os 54 anos de manutenção da Revista Mensagem, a atualização do projeto político pedagógico através dos Documentos Norteadores e as forças vivas do Movimento através da valorização da Autogestão e Família, reconhecendo que acima de tudo que respeitamos o Cidadão Apaeano.

Assim sendo, encaminho o meu carinhoso abraço a todos com os meus mais sinceros agradecimentos aos grandes amigos desta caminhada e aos amigos que fizemos no desempenho das nossas ações.

Atenciosamente.



Aracy Maria da Silva Lêdo
Presidente da Federação Nacional das Apaes

ÍNDICE

7 | **Evento Internacional**
10ª Conferência da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em NY

8 | **Artigo**
Reforma da Previdência

10 | **Destaque**
54 anos da Revista Mensagem da Apae

12 | **Seminário**
Documentos Norteadores

Apae nos Estados

Ações Bem Sucedidas da Rede Apae

15 | Apae de Rio Branco - Acre

17 | Apae de São Francisco do Conde – Bahia

18 | Apae de Alto Santo - Ceará

19 | Apae de Fortaleza – Ceará

20 | Apae de Guaiúba – Ceará

22 | Apae de Várzea Alegre – Ceará

23 | Apae de Corumbá – Mato Grosso do Sul

24 | Apae de Dourados – Mato Grosso do Sul

27 | Apae de Cabo Frio – Rio de Janeiro

28 | Apae de Rolândia – Paraná

29 | Apae de Baurú – São Paulo

31 | Apae de Barrolândia – Tocantins

33 | **Trabalho Técnico**
A Relevância da Neurociência na Estimulação Precoce em Bebês com Síndrome Congênita do Zika Vírus

38 | **Entrevista**
Dra. Lívia Barbosa,
Professora da Universidade de Brasília (UNB)

Coordenações Nacionais

Coordenações Nacionais da Federação Nacional das Apaes

41 | Coordenação Nacional de Educação e Ação Pedagógica

43 | Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer

45 | Coordenação Nacional de Defesa de Direitos e Mobilização Social

49 | Coordenação de Autogestão, Autodefensoria e Família

51 | Coordenação Nacional de Artes

54 | **Eventos e Campanhas**
Semana Nacional 2017

EXPEDIENTE

Federação Nacional das Apaes

SDS – Ed. Venâncio IV – Cobertura
CEP 70.393-900 - Brasília – DF
Fone: (61) 3224-9922 / FAX: (61) 3223-8072
fenapaes@apaebrazil.org.br
www.apaebrazil.org.br

Diagramação: Splindler Comunicação Corporativa

Revisão: Diego Lima e Erivaldo Neto

Novembro de 2017

Tiragem: 4.500

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

Federação Nacional das Apaes é filiada à inclusion International.

Gestão: 2015 – 2017

Diretoria Executiva

Presidente

Aracy Maria da Silva Lêdo (RS)

Vice – Presidente

José Turozi (PR)

1º Diretor Secretário

Albanir Pereira Santana (GO)

2º Diretor Secretário

Narciso José Batista (BA)

1º Diretor Financeiro

Unírio Bernardi (RS)

2º Diretor Financeiro

Sergio Prodócimo (SP)

Diretor Social

Rodolpho Luiz Dalla Bernardina (ES)

Diretora de Assuntos Internacionais

Rosane Teresinha Jahnke (SC)

Diretor de Patrimônio

Luiz Augusto Machado dos Santos (PA) - *In Memoriam*

Autodefensoria Nacional

José Lucas Ferreira dos Santos (TO) - *In Memoriam*

Titulares

Francisco Matos Além (PE)

Thaylane Tonet Muniz (SC)

Suplentes

Bianca Aliatti (RS)

Conselho Fiscal

Titulares

Eduardo da Silva Mendonça (MG)

Nilson Alves Ferreira (TO)

Ana Claudia de Andrade Trondoli (RO)

Suplentes

Delton Pedroso Bastos (RJ)

Maria das Graças Mendes da Silva (PE)

Conselho de Administração

Federação das Apaes do Estado de Alagoas

Alesson Loureiro Cavalcante

Federação das Apaes do Estado do Amazonas

Maria do Perpetuo Socorro Castro Gil

Federações das Apaes do Estado da Bahia

Derval Freire Evangelista

Federação das Apaes do Estado do Ceará

Francisco Leitão Moura

Apae do Distrito Federal

Diva da Silva Marinho

Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo

Washington Luiz Sieleman Almeida

Federação das Apaes do Estado de Goiás

Wagner Benevides Duarte

Federação das Apaes do Estado do Maranhão

Milka Luciana Lima de Souza Bastos

Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais

Eduardo Luiz Barros Barbosa

Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso

Doracy Gomes Nonato

Federação das Apaes do Estado do Mato Grosso do Sul

Tidelcino dos Santos Rosa

Federação das Apaes do Estado do Pará

Emanoel O' de Almeida Filho

Federação das Apaes do Estado da Paraíba

Gilvan José Campelo dos Santos

Federação das Apaes do Estado do Paraná

Neuza Soares de Sá

Federação das Apaes do Estado do Pernambuco

Amélia Maria Borges da Silva

Federação das Apaes do Estado do Piauí

Maria do Socorro Paula dos Santos

Federação das Apaes do Estado do Rio de Janeiro

Hélio Torres da Silva

Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Norte

Willian Ferreira de Lima

Federação das Apaes do Estado do Rio Grande do Sul

Luiz Alberto Maioli

Federação das Apaes do Estado de Rondônia

Ilda da Conceição Salvático

Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina

Júlio Cesar de Aguiar

Federação das Apaes do Estado de Sergipe

Carlos Mariz Moura de Melo

Federação das Apaes do Estado de São Paulo

Cristiany de Castro

Federação das Apaes do Estado de Tocantins

Marciane Machado Silva

Estados sem Federação

Apae de Macapa (AP)

Abel da Silva Mendes

Apae de Rio Branco (AC)

Cecília Maria Garcia Lima

Apae de Boa Vista (RR)

Bruno Perez de Sales

Conselho Consultivo

Eduardo Luiz Barros Barbosa (MG)
Elpídio Araujo Neris (DF)
Flávio José Arns (PR)
Luiz Alberto Silva (SC)
Nelson de Carvalho Seixas (SP) - *In memoriam*
Antônio Semas Figueiredo (PE) - *In memoriam*
Antônio Santos Clemente Filho (SP) - *In memoriam*
Justino Alves Pereira (PR) - *In memoriam*
José Candido Alves Borba (RJ) - *In memoriam*

Equipe Técnica Fenapaes

Gerente Geral

Cristiane Araci Andersen
E-mail: sec.executiva@apaebrazil.org.br

Procuradoria Jurídica

Procuradora
Rosângela Maria Wolff de Quadros Moro
E-mail: procuradoria@apaebrazil.org.br
Assessor Jurídico: Alessandra de Oliveira Caixeta
E-mail: alessandra.procuradoria@apaebrazil.org.br
Assistente: Larissa Chirstyna Alves Pereira
E-mail: larissa.procuradoria@apaebrazil.org.br
Auxiliar Jurídico: Dayara Evangelista
Email: dayara.procuradoria@apaebrazil.org.br

Assessora de Assuntos internacionais

Maria Amélia Vampré Xavier
E-mail: assessoria.internacional@apaebrazil.org.br

Coordenação Administrativa

Coordenador: João Batista da Silva
E-mail: administrativo@apaebrazil.org.br
Equipe
Waldinéia Olímpio Zoraide Santana Ramos
E-mail: juventude@apaebrazil.org.br
Eduardo Souza Leite
E-mail: eduardo.logistica@apaebrazil.org.br
Daurinha de Souza Leite
E-mail: servicosgerais@apaebrazil.org.br
Fernando Ferreira dos Santos
E-mail: logistica@apaebrazil.org.br
Lucas Lima Gomes
E-mail: logistica2@apaebrazil.org.br

Atendimento ao Público

Atendente: Bruna Emily Lima Cordeiro
E-mail: bruna.atendimento@apaebrazil.org.br
Atendente: Adriana Rayssa Santos Ribeiro
E-mail: adriana.atendimento@apaebrazil.org.br
Estagiaria de Atendimento: Valcilene Siqueira
E-mail: valcilene.atendimento@apaebrazil.org.br

Coordenação Financeira

Coordenadora: Marineide Oliveira da Silva Freire
E-mail: financeiro@apaebrazil.org.br
Auxiliar Contábil: Tânia Ramos
E-mail: financeirosuporte2@apaebrazil.org.br
Auxiliar Contábil: Dayelle Oliveira
E-mail: financeirosuporte3@apaebrazil.org.br
Estagiário Contábil: Luiz Paulo
E-mail: financeirosuporte4@apaebrazil.org.br

Coordenação de Comunicação

Coordenador: Diego Lima
E-mail: comunicacao@apaebrazil.org.br

Assessoria de Comunicação

Jornalista: José Mauricio
E-mail: assessoriadecomunicacao@apaebrazil.org.br

Tecnologia da Informação

MSWI Soluções Web Inteligente
Auxiliar de Tecnologia da Informação: Rafael Alves da Silva
E-mail: informatica@apaebrazil.org.br
Estagiário de TI: Wanderson Amorim
E-mail: informatica2@apaebrazil.org.br

Consultor de apoio

Cláudio Pizzato
E-mail: consultorapoio@apaebrazil.org.br

Universidade Corporativa da Rede Apae (Uniapae):

Coordenadora: Fabiana Maria das Graças S. Oliveira
E-mail: fabianamariasoareshotmail.com
/coordenadoria.educacao@apaebrazil.org.br
Coordenador Pedagógico: Erivaldo Fernandes Neto
E-mail: institucional@apaebrazil.org.br

Escritório Avançado Fenapaes

Porto Alegre Rio Grande do Sul
Rua General Câmara, nº 406 sala 403
Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90.010-230
Telefone: (51) 3228-1252/ 3212-5397

Assessora da Presidente

Lúcia Maria Cardoso Centena
E-mail: fenapaesrs@apaebrazil.org.br
Auxiliar Administrativo: Alexandro Martim Vargas dos Santos
E-mail: presidente@apaebrazil.org.br /
fenapaesrs@apaebrazil.org.br

Coordenador Nacional de Eventos

Antônio Bastos
E-mail: bastos@apaepoa.org.br

Controladoria

Roberto Machado Salaberry
E-mail: controladoria@apaebrazil.org.br
Auxiliar Administrativo: Juliana Correa
E-mail: controladoria@apaebrazil.org.br

Coordenações Nacionais

Coordenação de Arte

Rosânia de Almeida (PR)

Coordenação de Assistência Social

Marilena Ardore (SP)

Coordenação de Autodefensoria e Autogestão

Elcira Lourdes Machado Bernadi (RS)

Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social

Anna Beatriz L. Peranovich Leite (SP)

Coordenação de Educação e Ação Pedagógica

Fabiana Maria das G. Soares de Oliveira (MS)

Coordenação de Educação Física, Desporto e Lazer

Roberto Antônio Soares (SP)

Coordenação de Educação Profissional

Maria Helena Alcântara de Oliveira (DF)

Coordenação de Prevenção e Saúde

Dr. Rui Fernando Pilotto (PR)



10ª Conferência da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em NY

A Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) representada pela presidente Aracy Maria da Silva Lêdo, discursou durante evento da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, nos Estados Unidos (EUA).

Na ocasião, a presidente Aracy Lêdo, acompanhada do vice, José Turozi, e da procuradora Jurídica, Rosângela Wolff Moro, falou sobre a inédita oportunidade do Movimento Apaeano de não apenas participar, mas de ter direito de se manifestar num evento de tamanha importância a nível mundial.

"Por incrível que pareça, com uma história com mais de 60 anos, é a primeira vez que nós nos encontramos na ONU, e com oportunidade de fala. E nós fomos bastante destacados. Isso para nós é uma honra muito grande. Porque a gente reconhece que tudo para a Educação, em todos os sentidos, é um processo. E

que nesse processo nós não podemos fechar os olhos. Porque nós temos que enxergar o amanhã. Nós temos uma história. E hoje nós estamos em outro momento", disse a presidente da Fenapaes para os representantes mundiais.

A presidente Aracy Lêdo também ressaltou a importância da união das entidades que lutam pela inclusão das pessoas com deficiência. *"Nós temos que olhar para frente e darmos os braços. O que nós ouvimos aqui é uma realidade. A importância do Brasil neste momento. Uma equipe maravilhosa nesse encontro que fez muito sacrifício para estar aqui. O que não é fácil. A gente sempre lutou com muitas dificuldades. E hoje nos aproximamos. Porque o nosso objetivo é em comum. E se nós nos envolvermos temos que nos envolver por inteiro por aquilo que acreditamos. Então somos parceiros sim e queremos estar nessa luta",* finalizou.

Reforma da Previdência

Comitê Brasileiro de Organizações
Representativas das Pessoas
com Deficiência - CRPD

O Relatório aprovado na Comissão Especial destinada a proferir parecer à proposta de emenda constitucional Nº 287-A, de 2016, define a modificação do artigo 203 da Constituição Federal que estabelece a transferência de um salário mínimo mensal para pessoas com deficiência e idosos “que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.”

Ao que se refere à pessoa com deficiência o texto do relatório aprovado então propõe uma nova redação:

V - a transferência de renda mensal, no valor de um salário mínimo, à pessoa com deficiência, quando a renda mensal familiar integral per capita for inferior ao limite estabelecido em lei;

Assegurando a manutenção do benefício por meio da transferência de renda fixado em um salário mínimo mensal, vinculado então as atualizações de valores do mínimo, anualmente ajustado.

§ 4º Em qualquer hipótese, a efetivação das transferências de renda de que tratam os incisos V e VI do caput considerará a impossibilidade de aplicação do disposto no art. 229.

Já o § 4º estabelece um novo critério de acesso ao benefício, vinculando sua concessão à impossibilidade de aplicação do Artigo 229 da Constituição Federal, que assim determina:

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Ou seja, aquelas famílias, que comprovem condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, segundo o critério da renda per capita ou cujos pais não existam para assistir, criar e educar os filhos terão acesso ao benefício. Porém, em seu Artigo 17 o parecer trata da transição para novos critérios de concessão do benefício que serão apresentados em lei própria e determina a revogação dos Artigos 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece os critérios de miserabilidade e vulnerabilidade:

Art. 17. Observado o disposto nos §§ 1º e 2º, até que sejam regulamentadas as transferências de renda previstas nos incisos V e VI do art. 203 da Constituição, na redação atribuída por esta Emenda, e durante o prazo improrrogável de dois anos, a contar da data de publicação desta Emenda, permanecerão em vigor os arts. 20 a 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Com isso, consideramos premente que os movimentos sociais se mobilizem no sentido de aprofundar os debates sobre os conceitos de miserabilidade e vulnerabilidade que balizam os atuais critérios de acesso ao benefício, considerando que o disposto nos artigos 20 e 21 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como, a comprovação de renda per capita mensal inferior a ¼ de salário mínimo, já restringe os beneficiários, aqueles que estão em situação de miséria, impossibilitados de prover para si e para seus familiares, condições mínimas de subsistência digna. Como é na atualidade o benefício destinado às pessoas com deficiência, considerando que esses se encontram em situação de extrema miserabilidade, não é suficiente para manutenção de apoios especializados necessários ao seu desenvolvimento saudável, uma vez que para além da condi-

ção de vulnerabilidade econômica e social, a própria deficiência é em si um fator de vulnerabilidade que por conta das diversas barreiras encontradas no meio exige a aquisição de diversos tipos de apoios especializados, considerando a promoção da autonomia e a participação da pessoa com deficiência nos diversos níveis da sua vida.

Preocupa-nos ainda que o Artigo 229 da Constituição Federal seja usado como critério, de forma a responsabilizar os pais pela condição de vulnerabilidade e miserabilidade dos filhos com deficiência, uma vez que entendemos ser de toda a sociedade e do poder público em última instância a responsabilidade de prover meios para que todos os cidadãos brasileiros tenham condições de desenvolver-se e constituir família de forma digna. Se a sociedade brasileira e governo ainda falham nessa missão, a responsabilidade não pode ser colocada no indivíduo que já sofre com a condição adversa da miséria e da falta de meios de subsistir por si mesmo e ainda tem que conviver com o julgamento da sociedade e do poder público, sob o risco de colocá-lo em uma situação tal que sem os apoios sociais estará fadado a não conseguir sair da condição de miséria. Não é possível querer relegar aos pobres a sua própria pobreza, isso seria senão, condená-lo.

Considerando a proposta inicial da PEC 287 apresentada pelo Governo Federal e o referido relatório aprovado, o Comitê

Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência (CRPD) se manifesta de maneira prévia, contrário a qualquer mudança no critério de concessão do benefício de um salário mínimo para pessoa com deficiência, que prejudiquem os atuais beneficiários e que criem barreiras para o acesso de novos beneficiários que comprovadamente estão em condição de vulnerabilidade e miserabilidade segundo os critérios hoje vigentes, por considerarmos que este é o mínimo que o Estado deve prover para garantia de alguma dignidade e autonomia à pessoa com deficiência.

Estabelecer critérios ainda mais austeros que os já existentes em relação à concessão desse benefício, compromete significativamente o cumprimento dos princípios que o Brasil assumiu como Emenda Constitucional ao ratificar a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Outro ponto que vem causando uma grande preocupação para as famílias de pessoas com deficiência, principalmente entre aquelas, cujo familiar com deficiência não conseguiu entrar no mercado de trabalho por apresentar deficiência / autismo grave. Já interditados, ao longo da vida, seus pais sempre se preocuparam em trabalhar diuturnamente, contribuindo por mais de 30 anos de serviço, para garantir aos filhos com deficiência / autismo uma vida digna, deixando para eles a possibilidade de usufruírem das pensões adquiridas arduamente,

para fazer face aos cuidados diários e também em saúde, mantendo, na falta dos pais a mesma qualidade de vida. Ter um filho com deficiência nos ensina muito, principalmente a ter clareza de que as conquistas arduamente conquistadas não podem ser inseridas num contexto comum de uma reforma como a que está em discussão. É imprescindível que Vossas Excelências, conduzam com sabedoria as discussões sobre a reforma da Previdência lembrando que as famílias que tem filhos com deficiência / autismo grave, necessitam que no caso do cônjuge que ficar viúvo, seja mantida sua aposentadoria além de receber a pensão por morte integral do cônjuge que por ventura venha a falecer, independente do valor da pensão, não deverá ser limitado a um valor, deverá ser na íntegra. Desta forma a pessoa com deficiência / autismo deverá receber a pensão integral do pai e da mãe quando estes falecerem.

É imprescindível que V. Excelências conduzam com sabedoria as discussões sobre a reforma da Previdência atentando para os casos de famílias que tenham filhos com deficiência / autismo grave. Nos casos em que um dos conjugues, já aposentado receba também, na totalidade a pensão por morte do outro. Além disso, em caso de morte dos dois (pai/mãe/responsável) seja possível à pessoa com deficiência sob sua tutela/curatela receber as duas pensões na íntegra e não gradativa como está sendo proposto. As despesas com essa pessoa, não cessam com a morte dos tutores.

54 anos da Revista Mensagem da Apae

No ano de 1962 foi fundada a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), momento em que se registrou em ata o compromisso de que juntamente com esta nova instituição, que tinha por objetivo congregar todas as Apaes do Brasil, fosse criado um veículo de comunicação entre elas e para informar a comunidade sobre suas ações, inclusive servindo de incentivo para criação de novas Apaes.

Foi assim que em janeiro de 1963 foi editada pela Fenapaes a primeira edição da revista Mensagem da Apae, que em parceria com a Kodak Brasileira Ltda, foi impressa e distribuída gratuitamente. Nesse ano foram editados mais 3 números da revista. A princípio seu conteúdo trazia mensagem dos pais de pessoas com deficiência intelectual, expondo seus desafios diários com seus filhos, além das atas de reuniões dos conselhos de administração e notícias de destaque das Apaes.

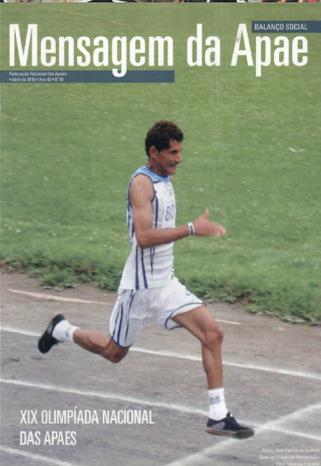
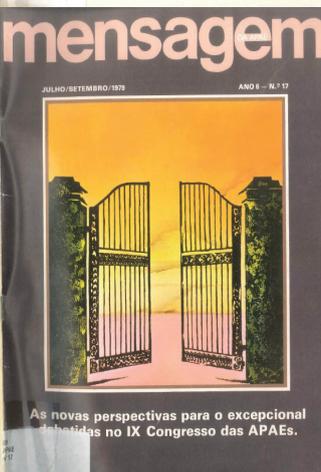
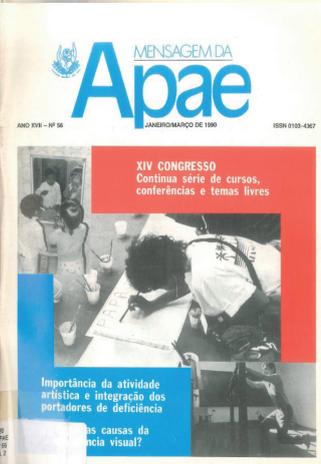
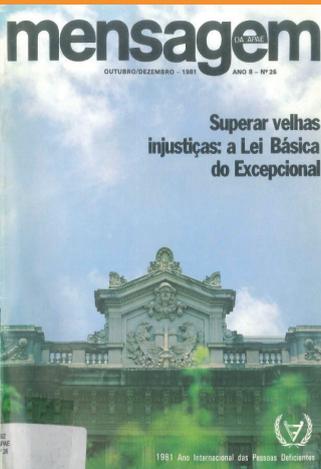
Com a frequência na realização dos Congressos Nacionais das Apaes, a revista passou também a publicar trabalhos técnicos, sendo veículo de informação de novas metodologias de trabalho em atenção a pessoa com deficiência intelectual e múltipla no Brasil. Em suas edições encontra-se o registro de inúmeros estudos e práticas que viriam a ser modelos de desenvolvimento na área de atendimento em suas épocas.

Durante as suas décadas de existência, por alguns momentos a revista deixou de ser editada, na maior parte das vezes por razões de falta de recursos financeiros e de parceiros mantenedores. Apesar de não ter mantido uma regularidade anual, ao longo de 54 anos de história, foram publicadas 109 revistas.

É um rico material de consulta sobre os mais diversos temas que envolvem os apoios especializados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla no Brasil. O levantamento desse material já foi tema de teses de doutorado, sobre história da educação especial.

Atualmente a revista é editada uma vez por ano, sempre ao final de cada ano, trazendo informações atualizadas das áreas de atendimento que compõem a Rede Apae, experiências de êxito executadas pelas Apaes durante o ano nas mais distintas regiões do país, entrevista com profissionais de destaque e informações sobre as campanhas anuais da Fenapaes e Apaes.







Documentos Norteadores

Nos dias 30 e 31 de maio, a Federação Nacional das Apae (Fenapaes) promoveu o seminário: “Interdisciplinaridade na Gestão de Áreas da Rede Apae”.

O evento aconteceu no Brasília Imperial Hotel, no Distrito Federal, e teve como principal objetivo o lançamento oficial dos Documentos Norteadores de quatro das áreas em que atua a Rede Apae na inclusão das pessoas com deficiência intelectual e múltipla: Educação Pedagógica; Educação Física; Educação Profissional (Trabalho, Emprego e Renda); e Autogestão, Autodefensoria e Família.

O evento contou com a presença da presidente da Fenapaes, Aracy Maria da Silva Lêdo; do vice, José Turozi; do 1º diretor Financeiro, Unírio Bernardi; dos coordenadores Nacionais: Fabiana Oliveira (Educação e Ação Pedagógica), Roberto Antônio Soares (Educação Física Desporto e Lazer), Elcira Machado Bernardi (Autogestão, Autodefensoria e Família), Maria Helena de Alcântara (Educação Para o Trabalho, Emprego e Renda), Ana Beatriz Langue Peranovich (Defesa de Direitos e Mobilização Social); e dos coordenadores Estaduais das quatro áreas abordadas nos Documentos Norteadores neste primeiro momento.

A presidente Aracy Lêdo abriu o evento e falou da importância do lançamento desses Documentos Norteadores, agradeceu o empenho de todos do Movimento Apaeano e se colocou à disposição para ajudar ainda mais no que for necessário. Em seguida, entregou os Documentos Norteadores juntamente com cada coordenador Nacional de área.

Os coordenadores Nacionais formaram quatro grupos de trabalho das áreas abordadas, compostos pelos respectivos coordenadores Estaduais, para debater e alinhar as ideias para a disseminação de um trabalho com uma metodologia com a marca da Rede Apae para cada área coordenada.

No segundo dia, os grupos elaboraram um relatório com o que foi discutido sobre os temas abordados e entregaram para a Fenapaes avaliar as sugestões e colocar em prática o que for melhor para o Movimento.

APAE NOEL

Em cada bilhete
a chance de fazer
o bem.

APENAS
R\$ 10,00

2º PRÊMIO

Fiat Mobi Easy Okm
1.0 Flex 2017 / 4 portas, preto

3º PRÊMIO

Fiat Mobi Easy Okm
1.0 Flex 2017
4 portas, branco

4º PRÊMIO

Fiat Mobi Easy Okm
1.0 Flex 2017
4 portas, preto



PRÊMIO APAE

*Prêmio vinculado ao
primeiro prêmio*

Lifan Foison Okm, 1.3
15/16, Prata Arian

1º PRÊMIO

Fiat Grand Siena Attractive Okm
1.0 Evo Flex 2017
4 portas, preto

5º PRÊMIO

*Fiat Mobi
Easy Okm*
1.0 Flex 2017
4 portas, vermelho



APAE BRASIL
Federação Nacional das Apaes

PROMOÇÃO AUTORIZADA

C.A.
7-1501/2017



Embaixador
das Apaes

Certificado de Autorização da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL nº 7-1501/2017. A aquisição do bilhete até às 18h do dia **24/01/2018** dará ao seu portador o direito de participar do sorteio dos prêmios pela composição de números do 1º ao 5º prêmio da extração da Loteria Federal do dia **24/01/2018**, na forma do regulamento do sorteio. Data da realização do sorteio será no dia **24/01/2018**.

As imagens dos prêmios são meramente ilustrativas.



Ações bem sucedidas da Rede Apae

Apae de Rio Branco / Acre

PROJETOS DE INCLUSÃO E TRATAMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

Durante seus 36 anos de existência, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) em Rio Branco, desenvolve diversas ações que ajudam no desenvolvimento físico e intelectual de pessoas com deficiência. A entidade atende cerca de 280 alunos (crianças, jovens e adultos) nos turnos da manhã e tarde.

Professores, equipe técnica e demais colaboradores são capacitados com um único objetivo: proporcionar uma melhor qualidade de vida aos estudantes atendidos pelo Centro que é referência no Estado do Acre. Tudo isso com muito amor, carinho e dedicação.

Todas as atividades promovidas pela Apae Rio Branco possibilitam avanços significativos e qualitativos no processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência.

ATIVIDADES REALIZADAS PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO ESPECIAL

Equoterapia

Utilizada como recurso terapêutico, as aulas de equoterapia realizadas há mais de seis anos pela equipe técnica da Apae Rio Branco, ajudam no desenvolvimento de crianças, jovens e adolescentes. As atividades que acontecem com o uso de cavalos auxiliam no desenvolvimento emocional, cognitivo (processo de aquisição de conhecimento) e motor dos estudantes.

“As aulas são fundamentais para estimular os estudantes. Todos sentem sensações que até então eram desconhecidas quando começam o tratamento. Além dos benefícios já comprovados, o método também estimula a auto-estima e a segurança, por causa do laço afetivo criado entre o praticante e o cavalo”, salientou o fisioterapeuta Fabricio Lopes de Souza.

Os alunos são atendidos por quatro profissionais (três fisioterapeutas e uma fonoaudióloga). O tratamento dura em média dois anos, podendo ser reduzido ou prolongado em função do diagnóstico de cada praticante.



Natação

Estimular a atividade física e oferecer um momento de descontração e socialização. É com esse propósito que a Apae, oferece aulas de natação para alunos atendidos pela instituição de ensino especial. A iniciativa conta com parceria da Secretaria de Estado de Educação e Esporte (SEE).

De acordo com a diretora da Apae, Maria Helena França, as aulas já apresentam bons resultados no rendimento dos alunos: “Os pais chegam à Apae contando como eles já apresentam melhorias de socialização e de saúde. Os benefícios são notórios”, destaca.

“Aqui desenvolvemos nossa autoestima e autonomia, além de ajudar com nossa saúde. O esporte para pessoa com deficiência só tem a contribuir com o estado físico e mental”, ressaltou a aluna e acadêmica de Educação Física, Micaele Santos, de 21 anos.

Fisioterapia

O trabalho fisioterápico desenvolvido na entidade ajuda os estudantes a superar suas dificuldades, além de auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades, promovendo assim, o resgate ao valor humano, a dignidade e a autonomia da pessoa com deficiência.

O atendimento, feito por três fisioterapeutas, comprova a capacidade que os alunos da Apae têm em enfrentar desafios. Durante as sessões, os profissionais conquistam a confiança dos alunos. Dessa maneira, o tratamento é muito mais proveitoso.

“Essa interação ajuda nas atividades que são elaboradas como exercícios de alongamentos, brincadeiras para estimular os movimentos, bolas para trabalhar a posturas, escadas e rampas para treino de marcha, dentre muitos outros recursos”, explicou a fisioterapeuta Fernanda Fernandes.

Aulas de Cerâmica

Diferentes recursos pedagógicos são fundamentais para o desenvolvimento psicossocial das pessoas com deficiência. Na Apae Rio Branco, diversas atividades que auxiliam nesse processo são realizadas com os alunos. Um desses exemplos é a Oficina de Cerâmica – ação educacional que faz parte da grade curricular da entidade.

Como explicou Athos dos Santos, professor e coordenador da oficina. *“As atividades são realizadas de segunda a sexta-feira. O trabalho é acompanhado pelos professores e tem como objetivo mostrar o potencial dos estudantes por meio dessa ação. Temos que mostrar para a sociedade do que eles são capazes”.*

Paulo Henrique é um dos alunos mais dedicados do curso. Ele disse que sempre gostou de trabalhar com argila. *“Gosto de ver o resultado do meu trabalho. Acho bonitas as peças feitas com cerâmica. Aprendemos a confeccionar coisas diferentes todos os dias, isso me estimula a produzir cada vez mais”.*

Oficinas de Artesanato



As oficinas de artesanato são ministradas há 20 anos com os alunos. A atividade ocupacional é realizada com 55 estudantes no período da manhã e tarde. O objetivo é de oferecer à pessoa com deficiência uma melhor qualidade de vida por meio do ensino profissionalizante.

“O trabalho é gratificante. Por meio das oficinas eles aprendem uma profissão. As mães desses estudantes também participam do projeto. Desenvolvemos essa ação através de doações. Essa atividade tem uma importância fundamental para todos eles”, comentou Adalgisa Moraes de Aguiar, coordenadora de artesanato da Apae.

Mercado de Trabalho

A inclusão por meio do mercado de trabalho é uma das principais ferramentas para a interação social das pessoas com deficiência. O trabalho assistencial que envolve esse setor é um dos alicerces para uma boa convivência, isso em diferentes núcleos. Dessa forma, a coletividade passa a ser algo importante para esse público.

Em fevereiro deste ano, a Assembleia Legislativa do Acre (Aleac) colocou em seu quadro funcional, duas pessoas com síndrome de down. Francisco das Chagas

Silva, 37 anos, que faz parte da Apae de Rio Branco, foi um dos servidores contratados.

Chagas estava muito empolgado com a contratação. *“Estou feliz com a possibilidade que estão me dando. Espero que possa contribuir através do meu trabalho, além de conhecer novas pessoas e fazer muitas amizades. Obrigado pela acolhida e pelo apoio de todos os servidores”,* agradeceu Francisco.

Apae de São Francisco do Conde / Bahia

PROJETO APÃES DELICATESSEN

O Projeto APÃES Delicatessen é uma iniciativa da Apae de São Francisco do Conde na Bahia, e teve início no ano de 2001 com a proposta de qualificar, inserir, e gerar renda aos aprendizes com deficiência intelectual e múltipla, oferecendo experiências e vivências para que os mesmos possam ser inseridos no mundo do trabalho. A padaria promove a inclusão social e profissional, estimulando, capacitando e conscientizando as pessoas com deficiência dentro do segmento da panificação,

confeitaria e vendas. Tendo como tema transversal o atendimento a pessoas com deficiência. O projeto complementa práticas de trabalho, possibilitando a inclusão das pessoas com deficiência, aumentando sua autonomia e autoestima e possibilitando um incremento à renda familiar. Sendo assim, visa-se qualificar a mão de obra para atuar em diversas áreas. Os aprendizes que participam do projeto ficam um turno na padaria e no contra turno, estão em atividades educacionais. Nesses anos de trabalho já foram inseridas 48 pessoas com deficiência no mercado de trabalho.



É válido ressaltar que todos esses aprendizes foram oriundos da padaria Apães Delicatessen, todos passaram pelo Projeto ao longo desses anos. Em 2007 a Apae iniciou o projeto de estágio não remunerado nas empresas, os aprendizes eram qualificados e logo

depois inseridos em um estágio não remunerado em alguns estabelecimentos do comércio local como: 02 balconistas na Farmácia, 01 repositor no mercadinho, 01 auxiliar de copa e cozinha na pousada do município.

Apae de Alto Santo / Ceará

PROJETO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER

Nossa temática esta focada na qualidade dos serviços desenvolvidos e oferecidos através da Educação Física Desporto e Lazer à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, com o intuito de aprimorar as ações ofertadas, melhorar a cada dia e ampliar a qualidade com inovação nas estratégias que serão atuadas no decorrer do presente ano.

A temática ora citada visa promover um trabalho significativo especial à pessoa com deficiência através de atividades esportivas, físicas e de lazer que promovam avanço no bem estar físico dos alunos Apaeanos e conquistas, visto que podem e devem ser incluídos no meio social e pedagógico.

O Centro de atendimento educacional especializado da Apae de Alto Santo – CE, funciona em dois períodos atendendo pessoas com deficiência intelectual e múltipla, temos alunos matriculados a partir de 04 anos de idade, nas áreas que necessitam, garantindo-lhes o acesso, permanência e o desenvolvimento de suas habilidades dentro das limitações de cada um, com atendimento educacional especializado, complementar e suplementar ao ensino regular, de acordo com a Política Nacional da Educação Especial, nas perspectivas da educação inclusiva e o atendimento integrado dos alunos, que não fazem parte da rede regular de ensino.

A Apae de Alto Santo tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e realizar a prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e assistência social, educação física, desporto e lazer em parceria com as secretarias do município direcionadas à melhoria da qualidade de vida das pessoas

com deficiência intelectual e múltipla em todo meio social.

OBJETIVO

Desenvolver em 80%, o gosto pela prática da Educação Física, Desporto e Lazer.

METODOLOGIA

No decorrer do ano letivo, os alunos da Apae são beneficiados com um profissional de educação física, cedido pela Secretaria Municipal de Educação, o mesmo desenvolve um trabalho diariamente dentro da instituição e uma vez por semana os alunos vão até o Ginásio Poliesportivo Lafaiete Anselmo, para praticarem atividades esportivas e os demais dias são realizadas atividades recreativas, assim distribuídas:

- ▶ Jogos:
 - Lógicos
 - Populares
 - Lúdicos
- ▶ Futsal /Futebol de campo
- ▶ Dança
- ▶ Exercício de flexibilidade e coordenação motora fina e grossa.
- ▶ Passeios
- ▶ Atividades fisioterápicas e relaxamento muscular
- ▶ Recreação

As referidas atividades incluem 50 alunos dos turnos manhã e tarde, onde os estudantes das cinco turmas participam durante todo período letivo.

De acordo com nossa avaliação mensal, os resultados obtidos em relação às atividades menciona-

das resultam numa melhor qualidade de vida, com ênfase no desenvolvimento motor e lógico, com melhoria na mobilidade.

Apae de Fortaleza / Ceará

PROJETO ARTE DE TECER

O Centro de Atendimento Educacional Especializado Maria Regina Pio de Almeida – Apae de Fortaleza – CE, tem como meta primordial prestar atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

A Pessoa com necessidade especial é tão especial como qualquer outra pessoa e as relações familiares são de extrema importância para impulsionar o desenvolvimento global. Na integração/inclusão escolar, o educando com a orientação dos profissionais e da família poderá adquirir competência profissional e pessoal, contribuindo para seu desenvolvimento global.

O nível do desenvolvimento a ser alcançado pelo indivíduo irá depender, não só, do grau de comprometimento da deficiência intelectual, mas também da sua história de vida, particularmente, do apoio familiar e das oportunidades vivenciadas.

A família é o primeiro e talvez o principal grupo social em que se vive, onde aprende a construir a individualidade e independência. Por isso é muito importante o contato com outras famílias que enfrentam, ou não, problemas similares.

A relação Família x Escola deve ser de extrema afinidade e relevância. Juntas devem encontrar formas criativas de convencer a comunidade a participar, contribuindo para a integração/inclusão social.

Dentro dessa perspectiva pode-se ressaltar o Projeto Arte de Tecer que tem como finalidade fortalecer o vínculo Instituição x Família, oferecendo uma alternativa de atendimento à mãe dos nossos assistidos.

O desenvolvimento do projeto é executado no Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE. Participam das atividades 20 mães dos educandos com deficiência Intelectual e Múltipla.



O Projeto Arte de Tecer foi elaborado com o intuito de capacitar mães de educandos inseridos na instituição, buscando formas de melhorar o fortalecimento da relação entre a família e a instituição da qual fazem parte, proporcionando um sentimento de grupo, buscando uma maior unificação e integração entre as famílias, além de uma ajuda na geração de renda.

O Projeto é realizado por Profissionais Especializados, que buscam através da oficina, trabalhar com materiais diversificados para fabricação de tapetes e artesanato em tecidos.



RESULTADOS ALCANÇADOS

Na culminância do Projeto Arte de Tecer houve um resultado 100% positivo com a participação das mães em desfiles de peças por elas confeccionadas.

Diante deste resultado e de acordo com o interesse dos envolvidos no Projeto, foi ampliado em 2017 a Oficina Artesanato em Tecidos, que muito tem favorecido na auto sustentabilidade dos participantes.

Apae de Guaiúba / Ceará

BANDA DE FANFARRA E A CAPOEIRA INCLUSIVA

Os projetos da Apae de Guaiúba – CE, tem o objetivo de promover a qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual por meio de atividades artísticas, buscando assegurar-lhes o exercício pleno da cidadania, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação, prestando atividades gratuitas e permanentes dentro de uma estrutura didático-pedagógica voltada para o desenvolvimento motor, cognitivo, emocional, social e cultural.

O município de Guaiúba integra a região metropolitana de Fortaleza.

Apesar dos avanços nas áreas de Educação e Saúde, as dificuldades financeiras do município não o permitiam a efetivação e execução de políticas públicas que beneficiasse o significativo número de pessoas com deficiência, existentes no município. Neste sentido, a Apae de Guaiúba vai ao encontro das famílias e amigos dessas pessoas que, por serem “diferentes”, encontram-se inseridas no grupo de minorias discriminadas pela sociedade.

Cientes e conhecendo a importância da entidade junto à sociedade brasileira, haja vista a trajetória de sessenta dois anos de efetiva luta e de conquistas concernentes à garantia dos direitos e à promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência, um gru-

po de pessoas, composto por pais, amigos e lideranças locais, uniu esforços no sentido de fundar uma Apae no município de Guaiúba.

Durante seis meses de discussões e reuniões de sensibilização com representantes da Prefeitura Municipal e de um trabalho envolvendo os agentes comunitários de saúde para levantamento e cadastramento das pessoas com deficiência no Município. Concomitantemente a essas atividades junto à comunidade, foram realizados contatos com a Federação Estadual das Apaes e com outras Apaes cearenses, com o objetivo de conhecer o funcionamento e a fundamentação legal de uma Apae. Assim, em 30 de junho de 2004 a constituição de Assembleia Geral, respaldada pela Federação das Apaes do Estado do Ceará, aprovou e fundou a Apae – Guaiúba.

Pelo cadastramento realizado pelos agentes comunitários de saúde, constatou-se a existência de pelo menos 250 (duzentas e cinquenta) pessoas com deficiência no município de Guaiúba, estatística essa que já justificava a premência de ações voltadas para qualidade de vida dessa parcela da população.

Assim, foi formada uma equipe interdisciplinar composta por profissionais da área de Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Serviço Social e Educação para avaliação das crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais. A partir dessas avaliações, pôde-se traçar um perfil sócio - econômico da

população alvo, constatando um nível elevado de pobreza e todas as dificuldades inerentes às populações carentes.

Hoje, a Apae de Guaiúba constitui uma instituição sem fins lucrativos, de caráter assistencial; educacional; da saúde, de estudo e pesquisa; desportivo e cultural que oferece suporte educacional, social, e atendimento clínico a pessoas com deficiência. Possui atualmente 165 alunos entre crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual (clientela prioritária) e outras deficiências.

A importância da Apae para o município de Guaiúba logo despertou o interesse da gestão municipal, o que possibilitou, desde, o início irrestrito apoio por parte da Prefeitura Municipal de Guaiúba, manifestado através de doação do prédio e da concessão de profissionais da Educação e da área de Saúde. Além disso, foi assinado Convênio que disponibiliza recursos para a sua manutenção. O crescimento da instituição em curto período de atuação resultou na celebração de outro Convênio, agora com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC, permitindo a contratação de professores habilitados e qualificados para na área de Educação Especial.

Por conseguinte, sendo a arte um excelente caminho para desenvolver sociabilidade, percepção, criatividade, coordenação motora e desenvolvimento cognitivo, pretendemos desenvolver um trabalho mais sistemático na área de arte-educação com nossas crianças e jovens. Por meio das atividades artísticas, o nosso intuito é conduzi-los ao processo de inclusão social garantindo-lhes os direitos sociais inerentes a qualquer cidadão brasileiro.

Vale salientar que a verdadeira inclusão das pessoas com deficiência e o pleno exercício da cidadania dependem de ações integradas que possibilitem a inserção da pessoa com deficiência na sociedade e o resgate da autoestima através da música e da dança. Nesse mister, pretendemos enveredar pelos caminhos de ações sócio - culturais, ou seja, integrando a arte, a ludicidade como ponto de partida para a descoberta do valores da pessoa com deficiência, no oferecimento de oficinas através de Capoeira Inclusiva e música com a formação de uma banda de fanfarra.

Com a execução deste projeto, almejamos encetar um trabalho eficiente, que assegure as pessoas com deficiência seus direitos de cidadãos possibilitando-lhes melhoria de qualidade de vida.

Para potencializar o trabalho já existente, propomos a concretização de atividades artísticas desse projeto aos alunos com deficiência intelectual uma vez a cada mês oficina de Capoeira Inclusiva e a cada quinze dias a banda de fanfarra, onde o desenvolvimento das oficinas seguem a proposta didático-metodológica para dança inclusiva, de em etapas de organização definida pelo instrutor. A oficina da banda de fanfarra terá a mesma organização, ou seja, esses alunos, em sua maioria, oriundos de famílias extremamente carentes que residem na periferia e distritos do município, receberão aulas área de música (banda de fanfarra), para sua socialização e integração no meio social.



Apae de Várzea Alegre / Ceará

PROJETO FÁBRICA DE BRINQUEDOS

O projeto de fábrica de brinquedos foi elaborado e executado visando desenvolver atividades flexibilizadas/adaptadas a aprendizes com deficiência intelectual e múltipla, e visual e auditiva, que oportunizem o envolvimento e aprendizagem, contribuindo para sua formação harmônica, compartilhando alegria e diversão.

Nessa oficina idealizou-se uma marcenaria improvisada que deu vazão a muitos de nossos sonhos que era fabricar seus próprios jogos reutilizando materiais de sobras de marcenaria.

O jogo é considerado uma importante atividade na educação da pessoa com deficiência, uma vez que pode permitir o desenvolvimento afetivo, motor, cognitivo, moral e a aprendizagem de conceitos, pois jogando o aprendiz experimenta, descobre, inventa, exercita e confere suas habilidades. O jogo de tabuleiro além de ser um esporte pedagógico, representa uma importante estratégia motivadora e desafiadora, estimula a curiosidade, a iniciativa e a autoconfiança proporcionando aprendizagem no desenvolvimento da linguagem, do pensamento, da concentração e da atenção. Sendo indispensável para a saúde física, emocional e intelectual da pessoa com deficiência.

O projeto foi elaborado e executado, visando produzir materiais pedagógicos e lúdicos, flexibilizados/adaptados a alunos com deficiência intelectual e múltipla, visual e auditiva que oportunizem o envolvimento e aprendizagem, contribuindo para a sua formação, compartilhando alegria e decisão por meio de brincadeiras, recreação, jogos e interação.

Realizou-se por meio de oficinas que aconteceram no pátio da Apae, durante várias semanas. Os alunos da professora Hélen Lúcia participaram da proposta. Aprenderam a trabalhar com várias ferramentas como: furadeira, serra, martelo, trena, alicates, régua, esquadro etc. Construíram com materiais reciclados um conjunto de jogos de tabuleiro. Jogos esses que exercem um papel muito além da diversão, possibilitam a aprendizagem e prática de diversas habilidades.

O JOGO DE DAMAS – Estimula a criatividade necessária para pensar os movimentos. É um dos jogos de tabuleiro que exige uma boa capacidade de memorização e muita concentração para formular jogadas e prever os passos dos adversários e avançar no jogo. Na pessoa com deficiência intelectual é excelente para manter a mente e a coordenação motora ativada.

O DEDOBOL (FUTEBOL DE PREGOS) – Desenvolve a capacidade do cérebro, assim como os demais. Trabalha o raciocínio matemático e lógico, elabora estratégias, requer atenção, concentração e perseverança para jogar. O movimento com os dedos em muito contribui para o desenvolvimento da coordenação motora.

Baseado no empenho e no desenvolvimento de cada um, de acordo com a realização de suas atividades, foi possível proporcioná-los momentos de aprendizagem e criatividade, todos tiveram sua parcela de contribuição para a realização desse projeto, contribuindo para o seu desenvolvimento motor. Permitiu que eles aprendessem a manusear ferramentas, criassem e montassem seus próprios jogos, dando-lhes autonomia, melhorando suas habilidades e motivando-os também a superar seus próprios limites. Trazendo assim, uma fonte de prazer, alegria, descontração e convivência agradável e educativa, garantindo a interação e construção do conhecimento da realidade vivenciada.



Monitor: José Kennedy Kerry Clementino de Almeida

Apae de Corumbá / Mato Grosso do Sul

PROJETO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

O projeto de capacitação de profissionais da Apae de Corumbá – MS conta a história do Jovem Floriano Nunes Lugo Tejera, que possui deficiência intelectual e que sonhava em trabalhar para seu sustento e para colaborar com o sustento de seus familiares.

Diante de sua deficiência o jovem acreditava que não seria possível sua inserção no mercado de trabalho, foi quando a Apae de Corumbá ofereceu curso de qualificação para o mercado de trabalho (empacotamento) que o Floriano participou e demonstrou suas habilidades, após o término do curso procuramos o Supermercado Atacado Fernandes, na pessoa do seu responsável e este nos recebeu com muito carinho e aceitou o desafio de inserir um jovem com deficiência intelectual em seu quadro de funcionários na data de 19/11/2014 e que está trabalhando neste supermercado até a presente data.

Conversando com o gerente Sr. Sebastião Divino S. Arruda e a secretária administrativa Sr.^a Camilla Borges Pinheiro e ambos elogiaram muito o Floriano, disseram que é um funcionário exemplar em todos os seus aspectos e que todos os colegas de trabalho gostam muito dele, rapaz que colabora com a equipe sem que haja necessidade solicitar seu apoio, respeitoso, atencioso para com os colegas de trabalho e para com os clientes.



Apae de Dourados / Mato Grosso do Sul

A FAMÍLIA E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA CONSTRUÇÃO DE PARCERIA



A família tem sido alvo de discussões na contemporaneidade. A família brasileira do século XXI vive em uma sociedade na qual tudo acontece muito rápido. De acordo com Bronfenbrenner (1996), a família é compreendida como o primeiro ambiente ecológico dos indivíduos em desenvolvimento. Sendo que o microsistema familiar é uma complexa rede de inter-relações que possibilitará a criança desenvolver os seus primeiros modelos comportamentais que influenciarão sua vida cotidiana direta ou indiretamente.

Segundo González (2007), a família é a base para o desenvolvimento humano, pois tem o papel de transmitir conceitos, tradições e costumes, que serão utilizados durante toda a trajetória de vida do ser humano.

Somos sabedores que para o sucesso escolar dos educandos, é necessário um bom relacionamento entre família e escola. Segundo Polonia e Dessen (2005) a família e a escola são agentes fundamentais para de-

envolver o processo educacional do ser humano. Elas podem ser vistas como emancipadora e também alienadora.

A parceria entre família e escola está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). O artigo 12, inciso VI, prevê que os estabelecimentos de ensino devem “[...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”.

A família e a escola, quando trabalham juntas em direção a um objetivo comum, compartilhando recursos e responsabilidades tem grande oportunidade de desenvolverem um trabalho de sucesso, já que ambas desejam o progresso e bem-estar do aluno. Marcondes e Sigolo (2012, p.93) explicam que:

Ambos os contextos possuem especificidades, que devem ser compreendidas, respeitadas,

das e valorizadas. Famílias e docentes podem cooperar, firmar parcerias de forma a aprender uns com os outros na medida em que lhes são reconhecidas competências educacionais específicas que podem (e devem) ser partilhadas para o benefício do educando.

Nesta direção a Apae de Dourados – MS, buscou estratégias para aproximar a família e a escola com objetivo de empoderar as mesmas, tanto no âmbito financeiro, como no social e civil. O serviço social da instituição efetuou toda a logística necessária para implementar o fortalecimento desse vínculo. Sendo que esta instituição sempre teve o anseio de desenvolver projetos voltando para acolhimento das famílias que buscam atendimentos nesta Apae. Em 2011 surgiu a oportunidade de fundar o Grupo de Mães, onde as mesmas que tem seus filhos matriculados nesta instituição são automaticamente membros desse grupo.

Sendo assim, inicialmente verificamos com as famílias, mais especificamente com as mães, o que elas gostariam de fazer, sendo unânime entre elas o desejo de desenvolverem atividades com trabalhos manuais. Para realizar o que elas tinham proposto, o grupo enfrentou inicialmente um obstáculo, ou seja, a falta de recurso financeiro. Desta forma, procuramos outra alternativa, ou seja, a utilização de material reciclável, logo, elas conseguiram produzir e vender peças a partir desses resíduos. Posteriormente passaram a produzir e vender produtos confeccionados por elas, e com o recurso de cada produção, compravam mais matéria prima para outros cursos e posterior produções. Neste período inicial vendiam os produtos somente para os funcionários da escola e para as famílias, hoje existe uma parceria com uma rede supermercado que abre espaço duas vezes por ano, dia das mães e natal, para a exposição dos produtos, o que já é um sucesso.

O projeto caminhou com êxito todos esses anos e em 2016 para motivar as famílias decidimos que elas poderiam vender produtos confeccionados em suas casas com o seu próprio recurso, revertendo dez por cento das suas vendas particulares para a instituição. Nestes seis anos foram ministrados cursos de vários trabalhos manuais como pintura em pano de pratos, pintura e decoupage em madeira, bordado a mão livre, crochê, bordado com fitas de cetim, ministrados por estagiários, componentes do grupo e voluntários da comunidade. Vale ressaltar que houve e ainda há dificuldades pelo caminho, mas desde o primeiro passo nunca mais o grupo ficou sem recurso financeiro, e ainda conseguiu adquirir utensílios para o desenvolvimento de suas peças.

As mães, além de desenvolverem habilidades com trabalhos manuais, elas também podem compartilhar suas experiências de ser mãe de uma criança especial com limitações e dificuldades em seu dia a dia. Hansel e Bolsanello (2009) mencionam que é importante ter estratégias para lidar com as famílias. As autoras enfatizam que é necessário ter um espaço onde as mesmas possam verbalizar seus sentimentos, trocar experiências, receber orientações, tendo assim um suporte para amenizar e superar as dificuldades enfrentadas.

Hoje temos mães que através desse grupo voltaram a estudar, dentre elas uma concluiu o ensino médio, outra cursou a faculdade de serviço social e está fazendo pedagogia e outra está cursando o sexto semestre de pedagogia. A experiência da instituição foi e é muito gratificante, pois entendemos que não importa o tamanho da sua instituição e nem se tem condições financeiras, o importante é que cada família tenha um potencial e ainda é preciso somente acreditar e lapidar. O resultado dessa trajetória se reflete em uma família empoderada e uma escola que pode contar com o apoio da família o tempo todo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso 20 de maio de 2015.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimento naturais e planejados**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GONZÁLEZ, E.; TOLEDO, M. E. **Intervenção no contexto familiar dos sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais**. In: GONZÁLES e col (ORGs). **Necessidades educacionais específicas**. Intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HANSEL, A. F.; BOLSANELLO, M. A. **O Envolvimento Parental nos Programas de Estimulação Precoce**. IN: SHIZUKO, D. F. Família e educação especial/ organização de Dirce Shizuko Fujisawa...[et al.].- Londrina: ABPEE, 2009. 136 p. (Série Estudos Multidisciplinares de Educação Especial, n. 7).
- MARCONDES, K. H. B.; SIGOLO, S. R. R. L. **Comunicação e Envolvimento: Possibilidades de Interconexões entre Família-escola**. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n51/11.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.
- POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. (2005). **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, nº2, p.303-312. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

PROJETO DE HORTICULTURA

Este programa visa desenvolver no educando/aprendiz, através do contato com a natureza, a terra e as plantas, habilidades para a execução de tarefas na horta identificando e utilizando os instrumentos adequadamente, trabalhando desta forma a sua independência. Fazem parte dele, 16 alunos do sexo masculino com idades entre 17 a 48 anos.

Sabemos que é fundamental o papel da Educação Ambiental na formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade. Levando em consideração o nosso público, também é fundamental desenvolver habilidades conceituais, sociais e práticas a partir do cultivo hortaliças diversas através do trabalho social dos alunos da graduação e pós-graduação do Curso de Agronomia da UFGD.

Sendo assim, o projeto tem por objetivo oportunizar aos alunos a aprendizagem de trabalhar com a terra produzindo alimentos; proporcionar uma interação com o meio ambiente, mostrando a importância do cuidado com as plantas e a natureza; trazer melhor qualidade a alimentação servida na escola; trabalhar com a motricidade dos alunos; promover a responsabilidade social através das atividades em grupo incentivando o respeito pelos outros e o diálogo e incentivar a produção de alimento para o próprio consumo e que ao mesmo tempo sirva de incentivo ocupacional para as pessoas.

O projeto contempla o oferecimento de um curso prático, às quartas-feiras, na Apae sob a coordenação do professor Nestor Antônio Heredia Zárate e da professora da Apae, Elaine Barbosa Godoy Matos, dedicado à formação e manutenção de uma horta com os objetivos de ensinar técnicas de cultivo de hortaliças visando o aumento de áreas produtivas caseiras e do hábito alimentar das pessoas envolvidas.

A partir da horta o educando tem a possibilidade de aprender sobre o preparo do solo, a formação de canteiros, sementeira, plantio, mudas, controle de plantas infestantes, amontoa, capinas e colheita.

Todos os dias os alunos envolvidos no projeto manuseiam corretamente as ferramentas e os diversos materiais e equipamentos com segurança, preparam os

canteiros com adubos e esterco, irrigam observando o melhor horário fazem a colheita e lavagem das hortaliças e tubérculos e conversam sobre a importância do trabalho que está sendo desenvolvido por eles.

O projeto é desenvolvido durante todo o ano com a diversidade e rotatividade de hortaliças e tubérculos. No momento nossa produção é de beterraba, cenoura, açafrão da terra, gengibre, rabanete, alface, salsinha e cebolinha.

O trabalho que se realiza mostra o valor de um trabalho social, a importância da parceria com a Universidade na busca de melhoria e bem-estar dos cidadãos e do comprometimento dos alunos do Curso de Agronomia na sua formação pessoal e profissional, bem como a importância da aprendizagem de nossos alunos para a formação de conceitos para a vida prática, além de implementar nossa merenda com alimentos de qualidade.



Apae de Cabo Frio / Rio de Janeiro

OS MAIS EFICIENTES PARA O MEIO AMBIENTE



A Apae de Cabo Frio - RJ e a SOMAR Turismo Adaptado estão realizando a Campanha dos Mares Limpos da ONU (Organização das Nações Unidas), esta campanha foi pensada, estudada, criada e então solicitada e aceita pela ONU Meio Ambiente.

A educação ambiental é fundamental para uma conscientização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente. O maior objetivo é tentar criar uma nova mentalidade com relação a como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

A Apae de Cabo Frio é localizada na Região dos Lagos, lugar este que abriga inúmeras praias, sendo de inteira importância utilizar estes espaços alternativos para melhor aproveitamento de nossas atividades.

Nesta proposta de atividade "OS + EFICIENTES PARA O MEIO AMBIENTE" os assistidos da Apae de Cabo Frio recebem informações constantes dos educadores, a fim de trazerem informações e propostas sobre padrões de consumo e como reduzir o impacto sobre o meio ambiente por meio de mudanças de ações, hábitos, atitudes e estilo de vida, respeitando o grau cognitivo de cada Pessoa com Deficiência.



As informações serão passadas através de métodos lúdicos orientados, para melhor aproveitamento deste material ambiental, fazendo assim uma cadeia familiar de conscientização.

As atividades propostas são múltiplas e dirigidas à sensibilização, reflexão, análise, e fixação de conteúdo. Cada sugestão tem seus objetivos, metodologias, etapas, questões e materiais específicos. O ideal é que o educador adapte e recrie as atividades conforme a realidade e as possibilidades de trabalho.

Com todo apoio da Presidente da Instituição Kely Soares e os demais profissionais envolvidos, estamos alcançando resultados significativos neste Projeto. Educar para a sustentabilidade é acima de tudo um ato de cuidado e de amor, e são com esses poderosos ingredientes que o trabalho educativo junto aos nossos assistidos poderá fazer de fato a diferença.

Uma iniciativa ONU (Organização das Nações Unidas), SOMAR Turismo Adaptado, na pessoa de Paloma Arias Ordiales/ Fabíola Faggion e Apae de Cabo Frio.

Apae de Rolândia / Paraná

SALA “SNOEZELLEN” ESTÍMULO PARA TODOS OS SENTIDOS

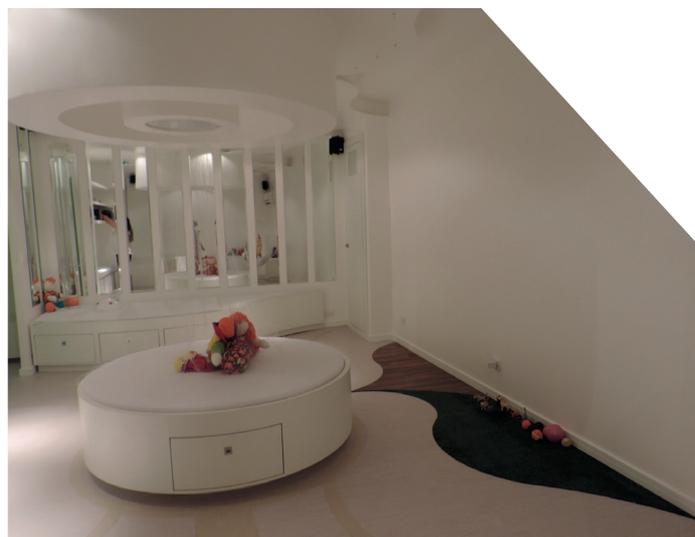
Desde seu nascimento, a criança necessita conviver em um ambiente prazeroso e lúdico que ofereça oportunidades para o desenvolvimento de seus sentidos e habilidades. Assim, deve receber vários estímulos, independente do processo educativo, cultural e social, ou seja, é importante oferecer às crianças o incentivo certo, na fase certa.

Quando a criança observa a reação das pessoas que participam do seu cotidiano e quanto mais ela soma experiências afetivas, físicas e perceptivas, maior será o enriquecimento e também o desenvolvimento da sua inteligência. São sensações que ocorrem através dos sentidos do tato; visão; audição; olfato e paladar. O trabalho integrado de todos esses estímulos e sua interação com o meio social tem como objetivo proporcionar um desenvolvimento harmonioso.

Portanto, é importante que a criança explore várias maneiras de ver, ouvir e sentir, além de conhecer seus limites. Estas ideias mobilizaram a Apae de Rolândia que, por meio da franquia “Snoezelen”, construiu um espaço equipado com sons; experiências táteis; massagens corporais e vibração; luzes; aromatização e envolvimento.

NECESSIDADES

A iniciativa permitiu à entidade investir em novas metodologias e estratégias de atendimento para alunos com deficiência intelectual e múltipla. O “Snoezelen” foi idealizado como uma filosofia de intervenção terapêutica, direcionado às pessoas com múltiplas deficiências. Surgiu na Holanda, nos anos 70, como fonte de exploração e relaxamento numa combinação única de música; efeitos luminosos; vibrações suaves; sensações táteis e aromaterapia.



“SNOEZELLEN”

ESTÍMULOS

A sala é um espaço rico em material sensorial. É utilizada de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, proporcionando intervenções terapêuticas e pedagógicas. Os sentidos primários como a visão; audição; tato e olfato oferecem a sensação de prazer e, com isso, favorecem o desenvolvimento intelectual e o relaxamento.

OBJETIVOS

A proposta tem outros objetivos como ofertar lazer e diversão, descobertas e a compreensão das habilidades. O trabalho, realizado individualmente ou em grupo, possibilita o controle da ansiedade; incentiva o movimento e a motivação; motiva a aprendizagem; facilita a libertação do stress; estimula o bem-estar, o relaxamento, a satisfação e a alegria, além de despertar a curiosidade e a autonomia dos alunos.

O “Snoezelen” reúne uma metodologia de trabalho realizada através de experiências multissensoriais estimulantes. A especialidade pode melhorar a afetividade e a integração social.

Apae de Bauru / São Paulo



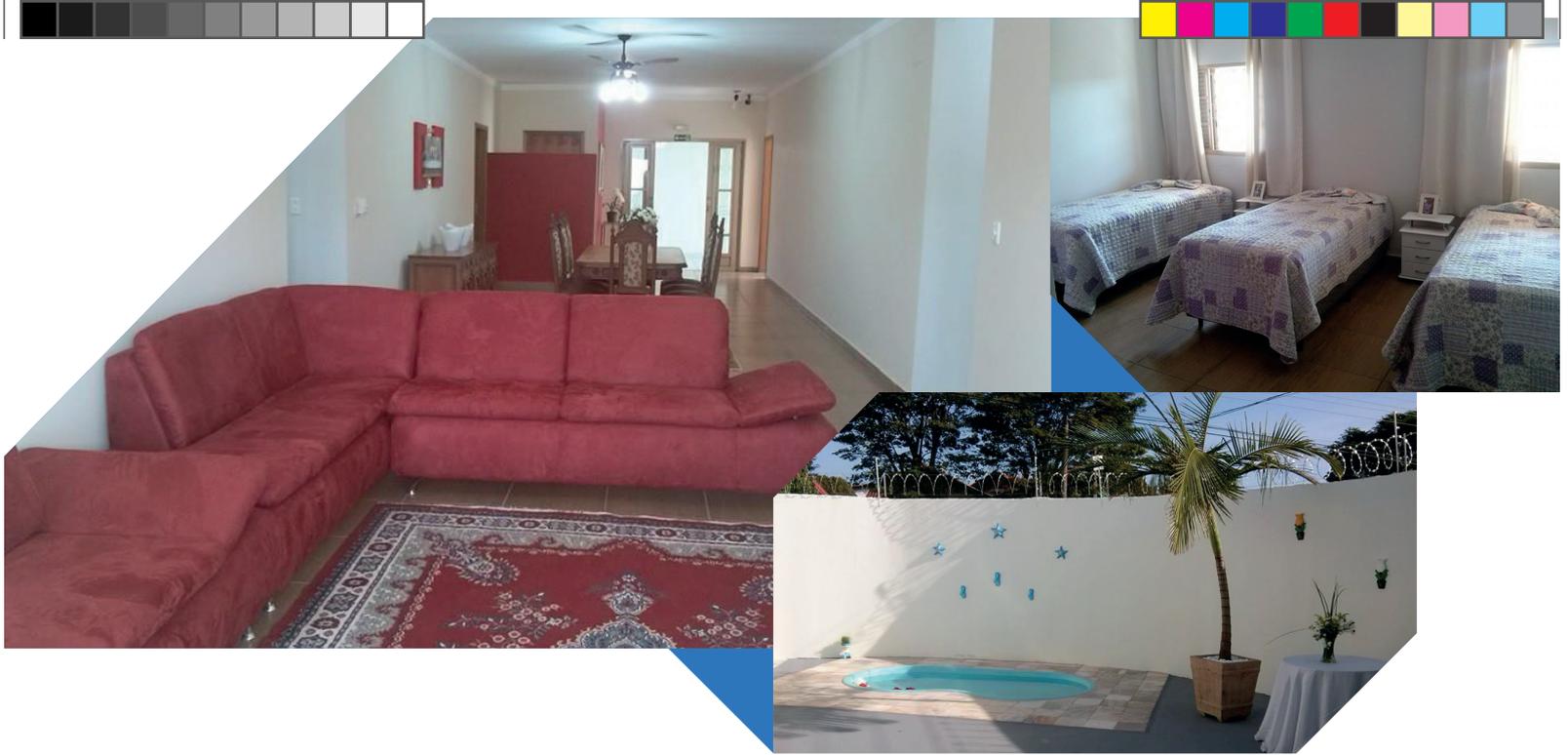
PROJETO RESIDÊNCIA INCLUSIVA É CONSIDERADA REFERÊNCIA NO PAÍS

Convidada pelo Ministério do Desenvolvimento Social para apresentar detalhes do projeto em Brasília - DF, a residência situada em Bauru, interior de São Paulo, é considerada modelo nacional de excelência na execução desse trabalho.

Com 10 anos de existência, o Serviço de Acolhimento - Residência Inclusiva da Apae de Bauru se consolidou como modelo no estado de São Paulo e até mesmo nas outras regiões do país, pois foram pioneiros nesse tipo de trabalho. Atualmente, a casa conta com dez moradoras totalmente ativas: estão inseridas no mercado de trabalho, praticam exercícios físicos e ou-

tras atividades junto com a comunidade, como jogos em parques públicos.

A Residência possui uma equipe, composta por cuidadores, psicólogos, assistentes sociais, terapeuta ocupacional e coordenador, e com isso, atingem os principais objetivos estabelecidos pela Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, que são superar as vivências de violência, garantir a proteção integral à pessoa com deficiência, bem como acolher aqueles que estejam saindo de outras instituições. *“A estrutura física é o principal destaque desse serviço, pois garante a individualidade, o conforto dos residentes e respeita suas crenças e valores”*, afirma Roberto Franceschetti Filho, coordenador do Serviço de Acolhimento da Apae de Bauru.



O trabalho realizado na Residência, localizada em Bauru, a 330 quilômetros da capital do estado de São Paulo, já se espalhou por todo o Brasil e com isso várias entidades se interessaram em buscar informações e conhecer de perto sobre como o trabalho é realizado. No total, 45 municípios do próprio estado estiveram em Bauru, além de representantes de Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina. *“Importante mencionar que em 2012 e 2016 a Apae Bauru foi convidada pelo Ministério de Desenvolvimento Social para apresentar sua experiência nesse projeto”,* acrescenta Roberto.

UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

O Serviço de Residência Inclusiva da Apae de Bauru teve início em maio de 2007, com o convite da diretora técnica da Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Bauru (DRADS), Maria Moreno Perrone, que hoje é considerada a madrinha do projeto. Na ocasião, ela convidou a Apae de Bauru a desenvolver o trabalho, que funcionava no Bairro Vila Independência e acolhia dez mulheres com deficiência intelectual.

O serviço prestado pela Apae de Bauru cresceu e tornou-se referência para outras instituições. E as conquistas, fruto do empenho dos profissionais da Apae de Bauru não cessaram. Em julho de 2014, a residência feminina conquistou sua sede própria, graças à parceria da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Seds) e passou a funcionar no Residencial Parque Granja Cecília. Atualmente, o Serviço de Residência inclusiva da Apae

atua com uma residência feminina e uma masculina, acolhendo no total 26 pessoas com deficiência intelectual e possui convênio com a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social de Bauru (Sebs).

Nos dez anos de atuação, o serviço de acolhimento da residência inclusiva feminina reintegrou ao convívio familiar 14 pessoas, sendo que uma moradora de 22 anos foi adotada.

VIDAS MUDADAS COM AMOR E DEDICAÇÃO

A Residência Inclusiva é uma casa comum, composta por cozinha, sala, banheiros e quartos, onde dormem até três moradoras. Em cada cantinho do local é possível ver a personalidade e o gosto de cada uma. A rotina delas é como a de qualquer pessoa. Levantam, arrumam suas camas, tomam café e dirigem-se para seus trabalhos ou para outras atividades. Vanessa de Cássia Ataíde, 26 anos, é uma das moradoras mais antigas da Residência e fala com orgulho do seu lar e de tudo que conquistou. Ela tem ensino médio completo, fez curso de balconista de farmácia e já conseguiu emprego na área. Além disso, faz hidroginástica com sua amiga Natália Cristina Belório, 21 anos, que também é moradora da casa e que trabalha em um supermercado de Bauru há mais de um ano.

“Consideramos o serviço um sonho realizado. Um trabalho que vem de encontro com a missão da instituição, que é zelar pela implantação de políticas sociais inclusivas e de proteção, que ampliem as oportunidades, potencialidades autonomia das pessoas com deficiência”, conclui o coordenador.

Apae de Barrolândia / Tocantins

PROJETO CULTIVANDO O JARDIM DA VIDA

Após uma análise crítica do pátio da escola, observou-se a possibilidade de transformação deste espaço. Assim surgiu a proposta da construção de um projeto para renovar a área livre da entidade com a intenção de levar os alunos com deficiência a desenvolver a percepção do tato, olfato, paladar e ainda sentir os movimentos de transformação que a natureza sofre no decorrer do tempo. Tínhamos também um espaço com brita que foi feito para a contenção de água no período chuvoso que não tinha atrativo nenhum, víamos a necessidade de modificar nosso espaço para proporcionar um ambiente agradável e cheio de emoções e descobertas.



Assim surgiu a proposta de criação do projeto "cultivando o jardim da vida" na Apae de Barrolândia – TO.



Durante o projeto nossos alunos tiveram contato e oportunidade de lidar com a natureza, manuseando e explorando os elementos em sua volta. Buscamos parcerias com as borracharias no município que faziam os descartes de pneus no lixão ao céu aberto, diante disto, utilizamos os pneus dando a eles outro formato. As famílias e alunos envolvidos ajudaram na coleta de mudas doações de terra preta e esterco. Plantamos as famosas (onze horas, samambaia, beijo de frade, boa noite, rosas, cravos, jasmim além de ervas como manjeriçã, hortelã e pimenta) sendo que as ervas poderão ser utilizados como condimentos na cozinha da entidade.

A construção de todo espaço teve a terapeuta ocupacional como líder e a participação das professoras juntamente com seus alunos. Nossos atendidos demonstraram interesse pelas diversidades na composição do nosso jardim, participaram nas pinturas das latas, muros e pneus, utilizando diferentes cores, colocaram a terra e adubos como o esterco, plantando as mudas e mantendo os cuidados diários com o jardim.

PÚBLICO-ALVO:

Pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendidas na escola especial "Amor de Deus" e os atendidos da estimulação precoce no centro de reabilitação "Reiselino Reis" ambos mantidos pela Apae de Barrolândia – TO.

RESULTADOS OBTIDOS:

Depois do espaço pronto possibilitou os alunos uma atividade extraclasse, o contato com a natureza, a percepção dos elementos e texturas diferenciados e ainda acompanharam o desenvolvimento das plantas plantadas por eles mesmos.

E por último reconhecer a importância do meio ambiente para nossa sobrevivência. Quem participa da criação com certeza irá cuidar.

Direitos das pessoas com deficiência:

*isso também
me diz respeito*

A violação dos direitos das pessoas com deficiência é um problema de toda a sociedade. Se você acha que a sociedade precisa caminhar em direção a uma configuração mais justa e humana, garantir igualdade de tratamento às pessoas com deficiência também é da sua conta.

Participe do Setembro Verde!



Setembro Verde



A Relevância da Neurociência na Estimulação Precoce em Bebês com Síndrome Congênita do Zika Vírus

Autoras: Drielly Evelin Oliveira Barros
Pollianna Duarte Lopes

A Apae de Recife - PE, pioneira e de referência no que diz respeito à prestação de serviços as pessoas com deficiência, atua há mais de 50 anos no estado de Pernambuco. Sendo a Apae de Recife - PE referência na prestação de serviços na área da saúde, educação e empregabilidade, em busca da melhoria da qualidade de vida do público a qual se destina, tenciona por meio das neurociências fundamentos necessários para a prática clínica.

Corroborando com nossa missão institucional, que é promover e articular ações de defesa de direitos das pessoas com deficiência nas áreas de saúde, educação, esporte cultura, lazer e pesquisas científicas, vislumbrando padrões de excelências, bases sólidas e atuais, a Apae buscou por meio dos estudos da neurociência cognitiva, a neuropsicologia, favorecer padrões comportamentais considerando a complexidade das funções mentais, nos critérios de atenção, concentração, memória, sono, habilidades sociais, e demais funções cognitivas (Volken, 2006). Bem como a neurofisiologia, que inova com teorias do aprendizado e controle motor e a compreensão da neuroplasticidade, que são bases de apoio nos processos de aprendizagem e controle motor, as avaliações e intervenções são feitas pelo fisioterapeuta neurofuncional em pediatria. A capacidade individual para aprender novas opções de movimento (aprendizado motor), controlar tal movimento em atividades funcionais (controle motor) e readquirir função motora após lesão direta ou indireta do sistema nervoso central (neuroplasticidade) é regulada pelo potencial existente e pelo ambiente criado para isso (BASU, 2014; CARR; SHEPHERD, 2003).

Em relação à Síndrome Congênita do Zika Vírus, identificada pelo governo brasileiro em 2015, que se trata de uma patologia que acometem aspectos neurológicos, define-se a microcefalia com o Perímetro Cefálico > 2 desvios padrão (DP) abaixo da média em comparação com crianças pareadas por idade e gênero" (HAR-

RIS, 2013). As crianças com microcefalia apresentam com frequência deficiências simultâneas, incluindo déficit intelectual, atraso no desenvolvimento neurológico (VON DER HAGEN et al., 2014) e epilepsia (WATEMBERG et al., 2002).

No tocante ao processo de recuperação funcional, a Apae vem desenvolvendo um trabalho voltados ao público supracitado, de estimulação precoce, na proposta do protocolo do PediaSuit. O protocolo PediaSuit™, recentemente desenvolvido, é uma abordagem que utiliza equipamentos e protocolos específicos para tratamento de crianças com distúrbios neurológicos, outros tipos de paralisia cerebral (PC), autismo e patologias que afetam o aspecto motor de uma criança e ou as funções cognitivas (NEVES et al., 2011).

O PediaSuit™ é uma vestimenta ortopédica macia e dinâmica que consiste em chapéu, colete, calção, joelheiras e calçados adaptados que são interligados por bandas elásticas. O conceito básico do PediaSuit™ é o de criar uma unidade de suporte para alinhar o corpo o mais próximo do funcional possível, restabelecendo o correto alinhamento postural e a descarga de peso, que são fundamentais na modulação do tônus muscular, da função sensorial e vestibular (PediaSuit protocolo, 2004).



O exoesqueleto produzido pelo macacão terapêutico ortopédico aumenta significativamente os efeitos na habilidade do paciente em executar novos planos motores. O macacão terapêutico, combinado com a repetição dos exercícios, tem a habilidade de fornecer plasticidade cerebral para a apreensão de novos padrões de movimentos, fazendo com que os pacientes aprendam estes novos padrões e ganhem força muscular ao mesmo tempo. (PEDROZO; et al, 2015).

OBJETIVO GERAL

Relacionar as neurociências na perspectiva de validar a interação entre a neuropsicologia e a neurofisiologia, com fins de atingir um elevado nível de evolução do paciente no aspecto neuropsicomotor.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Comparar padrões dos marcos do desenvolvimento infantil relacionados aos aspectos cognitivos funcionais e neuromotores (típico; atípicos e em atraso);

Validar aspectos evolutivos do tratamento na intervenção do protocolo do Peditasuit em crianças com a síndrome congênita do zika vírus;

Publicar resultados da prática clínica, no setor de estimulação precoce desenvolvidos pela Apae de Recife - PE.



MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um relato de caso, realizado no período de abril a agosto de 2016, com uma criança diagnosticada com Síndrome Congênita do Zika Vírus, no serviço de fisioterapia da Apae de Recife, no protocolo Peditasuit.

Inicialmente foi realizado um protocolo de avaliação composto por três etapas, anamnese, exame físico neurológico e aplicação da Medida da Função Motora Grossa (GMFM 88).

No exame físico foram avaliados aspectos como reflexos primitivos, amplitude de movimento, força e tônus muscular, e padrões motores, que podem prever presença de alterações neurológicas.

O GMFM é um sistema de avaliação quantitativa, que descreve o nível de função motora, sem considerar a qualidade da performance, e auxilia no plano de tratamento visando melhora da função e qualidade de vida. É composto por 88 itens que são mensurados pela observação da criança e classificados em uma escala ordinal de 4 pontos. Os itens são agrupados em 5 dimensões sendo A: deitar e rolar; B: sentar; C: engatinhar e ajoelhar; D: em pé; E: andar, correr e pular (RUSSEL, 2011).

A intervenção utilizada na fisioterapia foi o protocolo intensivo do Peditasuit, por duas horas, uma vez por semana, fazendo uso da vestimenta ortopédico-terapêutico dinâmico. Uma vez que o corpo esteja em alinhamento, com o suporte e pressão exercida em todas as articulações, a terapia intensiva tem o propósito de (re) educar o cérebro para reconhecer padrões de movimentos corretos e a atividade muscular adequada (PediaSuit Protocolo, 2004).

RELATO DE CASO

A criança em estudo possui diagnóstico de Síndrome Congênita do Zika Vírus, do sexo masculino, iniciou atendimento fisioterapêutico no protocolo com idade de 17 meses, no dia 10 de abril do corrente ano.

Na avaliação foi observado presença do reflexo de Babinski, e do reflexo de preensão palmar, amplitude de movimento ativa reduzida nos músculos flexores do cotovelo, flexores de punho e dedos, adutores do ombro, abdutores do quadril e flexores plantares, força muscular grau 4 global e hipertonia espástica global grau 2 na escala de Ashworth, que corresponde a aumento do tônus em mais da metade do arco de movimento. Quanto aos padrões motores a criança apresentou déficit no controle cervical e de tronco, padrão flexor de membros superiores e inferiores e extensão de tronco, com presença de opistótono, nas posturas supino e prono. O mesmo não mantém outras posturas com independência, além das supracitadas.

O paciente está enquadrado no nível V na Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS), que corresponde a mobilidade gravemente limitada, e no GMFM conseguiu pontuação 18 no item A, 7 no item B, 2 no item C e 0 nos itens D e E, alcançando percentil total de 10,2%. Diante deste quadro, a área meta escolhida para o treino na fisioterapia foi o item A, que engloba atividades e funções nas posturas supino e prono, já que a criança ainda não havia adquirido os principais marcos motores nestas posturas, como o controle cervical (Gráfico 1).

Item Map by Difficulty Order

Chart ID: 001

Name: João Guilherme, Vidal de Negreiros

Assessment Date: 10 Abril, 2017

Date of Birth: 28 Outubro, 2015

Age: 1 Years 5 Months

GMFM-66 Score: 20,5

Standard Error: 2,2

95% Confidence Interval: 16,3 to 24,8

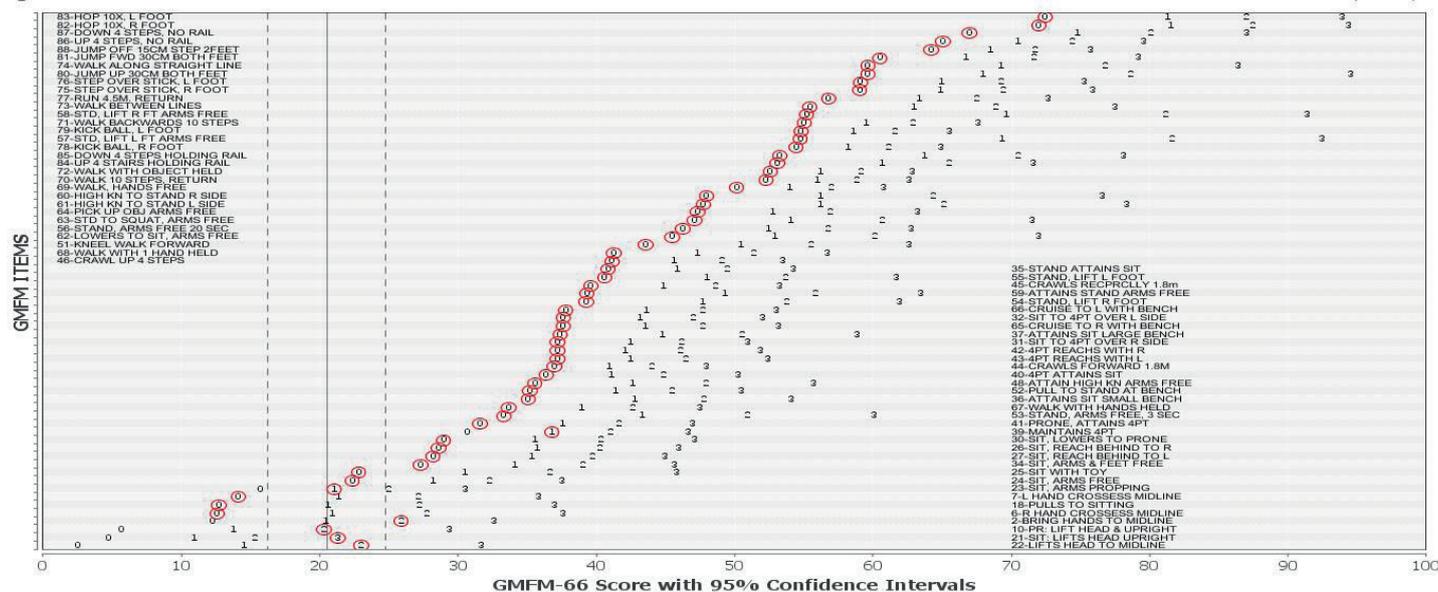


Gráfico 1: Pontuação obtida na primeira avaliação no GMFM.

Mensalmente eram fornecidas orientações familiares, de modo a mostrar a melhor forma de manusear, carregar, brincar com a criança, estimular o ganho de amplitude de movimento e adequação do tônus muscular, o infante interage pouco e é bastante passivo.

Após 4 meses de acompanhamento, reavaliou-se a criança com nova aplicação do GMFM 88 e realização de novo exame físico. Apresentou no GMFM pontuação 33 na dimensão A, 17 no item B, 4 no item C e 0 nas dimensões D e E, perfazendo um percentil de 20,3%. E ao exame físico apresentou aumento da amplitude de movimento nas articulações dos membros superiores, manteve padrão de força global, e padrão de hipertonia, melhora do controle cervical contra a gravidade, e iniciou a postura sentada com apoio por pouco tempo (Gráfico 2).

Item Map by Difficulty Order

Chart ID: 001

Name: João Guilherme, Vidal de Negreiros

Assessment Date: 23 Agosto, 2017

Date of Birth: 28 Outubro, 2015

Age: 1 Years 9 Months

GMFM-66 Score: 29,3

Standard Error: 1,9

95% Confidence Interval: 25,5 to 33,1

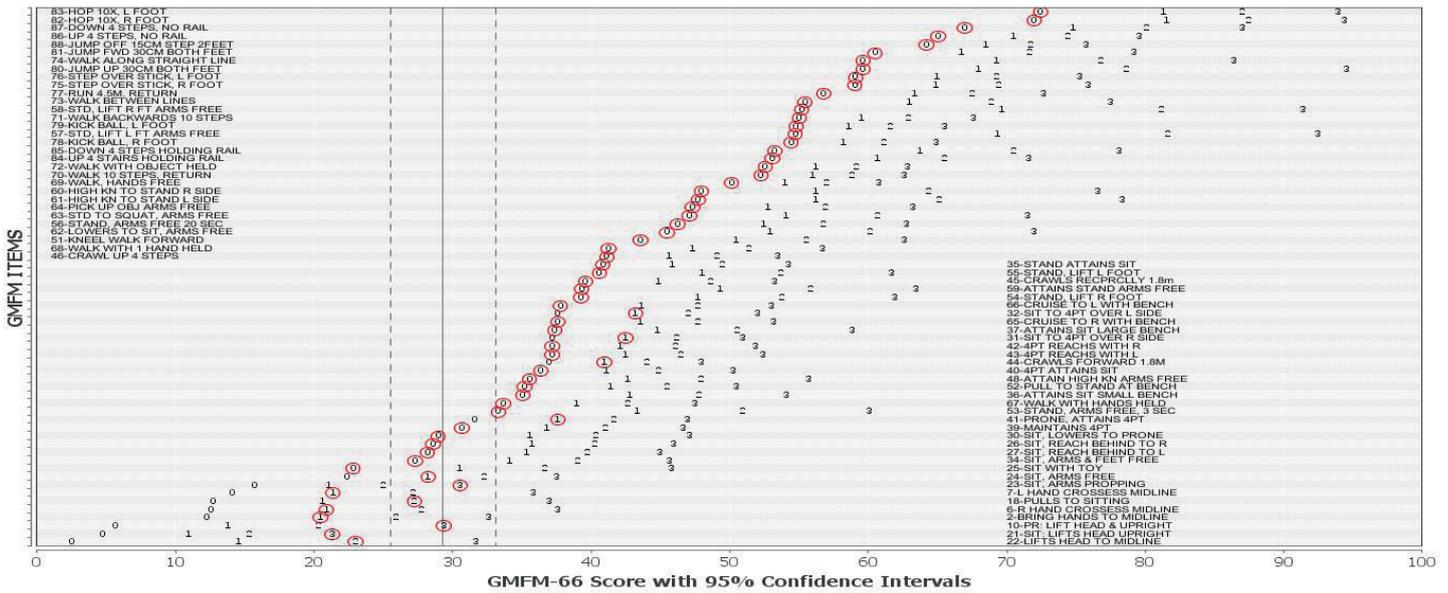


Gráfico 2: Pontuação obtida na avaliação no GMFM quatro meses depois.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Em virtude do distúrbio de desenvolvimento ocasionado por lesões do sistema nervoso central, a criança com microcefalia apresenta, geralmente, como consequência, distúrbio sensorio-perceptivo-motor (COFFITO, 2016). Neste relato de caso, pode-se observar que apesar do padrão motor grave devido a alteração do tônus muscular e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, verificou-se que ocorreram mudanças no seu comportamento motor (Gráfico 3), devido

ao treino intensivo realizado na fisioterapia, visto que o tratamento com uso de vestes terapêuticas, como o PediaSuit, que possui bandas tracionadoras e faixas elásticas, fixadas a superfícies estáveis, com o objetivo de estabilização, facilitação ou resistência ao movimento funcional, para aplicação de protocolo de treinamento sensorio-motor intensivo, apresentam bons resultados para a melhoria da função (PediaSuit Protocol, 2004). Mudanças essas relacionadas ainda com a melhora da resposta de interação e participação social e em âmbito terapêutico.

Chart ID: 001

Name: João Guilherme, Vidal de Negreiros

Date of Birth: Outubro 28, 2015

Gender: Male

Diagnosis: Spastic Bilateral

Case Summary

Gross Motor Function Measure
GMFM-66

Item Number	Assessment Date	Age	GMFM-66 Score	Assessment Type	Standard Error	Lower	Upper	Items Tested	GMFCS Level	Therapist	Change Score
1	10 Abril, 2017	1y 5m	20,5	GMFM-66	2,2	16,3	24,8	66	Level V	DRIELLY	N/A
2	23 Agosto, 2017	1y 9m	29,3	GMFM-66	1,9	25,5	33,1	66	Level V	DRIELLY	8,8

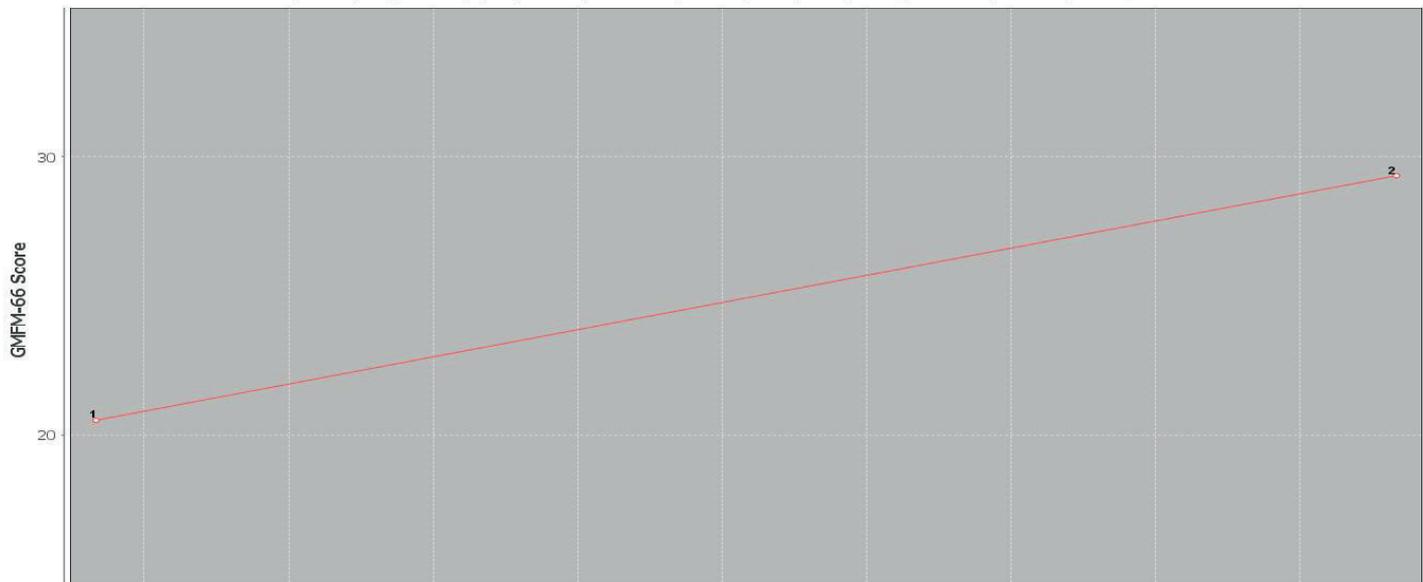


Gráfico 3: Resumo do caso com os dois escores do GMFM.

É sabido que danos cognitivos contribuem de forma negativa e significativa nas aquisições motoras e funcionais ligadas à rotina da criança, entre elas o autocuidado e atividades diárias. Essas alterações no controle motor podem infligir consequências ao sistema muscular e esquelético (COFFITO, 2016). O que justifica a melhora motora alcançada estar atrelada a uma melhor resposta cognitiva.

O desenvolvimento infantil é o resultado da interação entre fatores genéticos, biológicos e ambientais. (Brito CML et al, 2011).

A articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada. (Felipe, 1996). Por ser um processo caracterizado por etapas e sequências contínuas, de acordo com a idade cronológica, progridem de movimentos simples a etapas mais complexas.

O processamento das funções executivas, habilidades e funcionamento das mesmas dirá a respeito das habilidades cognitivas envolvidas no planejamento, iniciação, seguimento, monitoramento de comportamentos complexos e dirigidos com um fim (Hamdan, Pereira, 2009).

Funções executivas (FE) referem-se à capacidade de engajamento em comportamento orientado a objetivos, realizando ações voluntárias e auto organizadas. (Capovilla AGS et al. 2007). É utilizada para designar uma ampla variedade de funções cognitivas que implicam: atenção, concentração, seletividade de estímulos, capacidade de abstração, planejamento, flexibilidade de controle mental, autocontrole e memória operacional (Green, 2000; Loring, 1999; Spreen & Strauss, 22 1998). No tocante, pacientes que apresentam alterações no sistema nervoso central, como as crianças com microcefalia, observa-se déficits na capacidade intelectual, na execução de atividades diárias, atividades de

improvisação, a ação, a tomada de decisão, o equilíbrio e as noções de espaço, tempo, ritmo, música, e a compreensão envolvidos nos processos executivos.

A motricidade nesta dimensão é entendida como o conjunto de expressões mentais e corporais, envolvendo funções tónicas, posturais, somatognósticas e práxicas que suportam e sustentam as funções psíquicas. Com base neste pressuposto, a motricidade não pode ser compreendida apenas nos seus efeitos extrassomáticos (Anais do congresso AMEI-WAECE, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o período de intervenções realizadas de curto prazo, observou-se evoluções nas áreas motora grossa, atenção, interação, tomada de decisões, noção espacial e autoconhecimento corporal.

Sugere-se ampliar a intervenção intensiva no protocolo Peditasuit, a fim de alcançar mudanças ainda mais significativas nos padrões motores, cognitivos no critério atencional, autoconhecimento, interacionais, relacionais, de planejamento, flexibilidade cognitiva, memória, habilidades visoespaciais, coordenação motora, afetividade, comportamento e habilidades sociais.

REFERÊNCIAS

- Capovilla AGS, Assef ECS, Cozza HFP. **Avaliação neuropsicológica das funções executivas e relação com desatenção e hiperatividade.** Aval Psicol. 2007;6(1):51-60.
- Hamdan, A. C. & Pereira, A. P. A. (2009). **Avaliação Neuropsicológica das Funções Executivas: Considerações Metodológicas.** São Francisco, 2007.
- Lent, Roberto. **Cem Bilhões de Neurônios: conceitos fundamentais de neurociências.** São Paulo: Editora Atheneu, 2001.
- Russell, D. J., et al. **"Medida da função motora grossa [GMFM-66 & GMFM-88]: Manual do usuário."** São Paulo: Memnon, 2011.
- PEDIA SUIT PROTOCOL, 2004. **The Pedia Suit Protocol.** Disponível em: <www.pediasuit.com>. Acesso em: 23 de agosto de 2017.
- COFFITO. **Diagnóstico: Microcefalia. E agora?** 2016.

Dra. Lívia Barbosa

Professora da Universidade de Brasília (UNB)

Entrevista com a Prof.(a) e Dra. Lívia Barbosa da Universidade de Brasília (UNB) sobre o novo modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Em 6 de julho de 2017, fez 2 anos da aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que estabeleceu que a avaliação da deficiência quando necessária seria biopsicossocial. O que é, portanto, essa avaliação biopsicossocial e como será possível realizá-la?

A avaliação biopsicossocial considera a deficiência como um conceito relacional, com múltiplos determinantes. Ao estabelecer que a avaliação deve ser biopsicossocial, a LBI está buscando instrumentalizar os artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que diz que pessoas com deficiência são aquelas que sofrem restrição de participação na sociedade por conta de ambientes com barreiras, pouco sensíveis aos seus impedimentos ou a diversidade corporal que representam.

Para a Convenção, a deficiência se demonstra na relação da pessoa com a sociedade. Assim, na avaliação biopsicossocial o foco deixa de ser meramente o corpo e passa a ser a desigualdade que a pessoa com deficiência experimenta quando enfrenta barreiras, quando não consegue participar nos vários espaços em condições de igualdade com as demais pessoas.

Para além de biopsicossocial, LBI diz que a avaliação da deficiência deve ser multiprofissional e interdisciplinar. O INSS já realiza a avaliação biopsicossocial da deficiência desde 2009 com dois profissionais, muito embora haja o questionamento se apenas dois profissionais caracteriza a avaliação feita como “multidisciplinar”. Não sabemos exatamente como a avaliação será implementada pelo poder público, mas há um esforço neste momento de todos os entes federais que possuem políticas para pessoas com deficiência em pensar a avaliação para seus usuários.

A expectativa é que a avaliação seja realizada por meio da aplicação do Índice de Funcionalidade Brasileiro (IFBr), um instrumento criado pelo Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (IETS), vinculado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pedido do Governo Federal

em 2007. O IFBr neste momento está sendo validado por todas as políticas federais para atender a exigência da LBI.

As Apaes são uma Rede de serviços integrados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, uma das maiores dificuldades que enfrentamos nas unidades é a dificuldade de se conseguir diagnósticos. Como o modelo único de avaliação de deficiências poderá contribuir para mudar essa realidade?

Há uma disputa pela autoridade discursiva sobre deficiência neste momento, uma vez que a avaliação está sendo modificada para implementação nos próximos anos. Na perspectiva biopsicossocial, a deficiência existe quando há uma relação desvantajosa entre uma pessoa que possui um impedimento corporal e o meio onde ela vive, por conta de barreiras sociais, ambientais, atitudinais, etc. No que diz respeito ao acesso a benefícios e políticas de proteção social, eu entendo que não há a necessidade de laudos e diagnósticos. O que deve ser observado na avaliação da deficiência é a restrição de participação que a pessoa sofre em ambientes com barreiras, mas ainda há muita dissidência sobre este ponto nos vários espaços. Algumas instituições que representam a categoria médica, por exemplo, tem se colocado na defesa do diagnóstico como uma medida fundamental para a avaliação, ressaltando que diagnóstico é uma ato médico, o que leva a avaliação da deficiência também a ser um ato médico.

O fato é que o modelo biopsicossocial da deficiência é fruto de décadas de debates protagonizados pelas pessoas com deficiência em todo o mundo e retira do aspecto biológico a responsabilidade pelas restrições de participação que as pessoas com deficiência sofrem. Para este debate, que chamamos de estudos sobre a deficiência, deficiência é um conceito social e descreve desigualdade. O modelo biopsicossocial representa, pela primeira vez na história, a descrição da deficiência pelas próprias pessoas com

deficiência na esfera internacional. Ele chega a Convenção, inclusive, pela participação direta da sociedade civil organizada na sua elaboração, em uma abertura inédita das Nações Unidas para a construção específica deste documento.

Não significa que laudos e diagnósticos não sejam importantes para tratamentos em saúde ou outros, vinculados ou não a questão da deficiência. Mas para avaliar a deficiência para acesso a benefícios, em coro com quase 40 anos dos estudos sobre a deficiência, a minha posição é de que não é necessário o diagnóstico.

Com o novo modelo de avaliação biopsicossocial, o que muda quanto a comprovação de deficiência para fins de concessão de benefícios socioassistenciais?

A comprovação poderá ser feita por uma gama mais ampla de documentos para além de laudos e diagnósticos. O sujeito avaliado pode levar fotos, relatórios e outros documentos que demonstrem as barreiras e as restrições que enfrenta no dia-a-dia. Se há falta de acessibilidade nos espaços frequentados pela pessoa com deficiência, se há restrição no seu acesso ou participação em algum lugar ou instituição, o candidato à avaliação pode levar comprovações para instrumentalizar o trabalho da equipe de avaliação.

Pelo que sabemos este modelo já está em fase de validação, o que está sendo feito no âmbito da Universidade de Brasília (UNB). Quais resultados já podem ser apresentados desse processo de validação?

A validação do modelo está sendo realizada para as políticas federais existentes hoje para pessoas com deficiência e ainda não há resultados. O IFBr, no entanto, foi validado também pela Universidade de Brasília para fins de aposentadoria das pessoas com deficiência no INSS entre os anos de 2013 e 2016. O padrão ouro foi construído a partir da percepção dos profissionais que fizeram a avaliação e das pessoas com deficiência avaliadas em 17 mil casos. O instrumento foi considerado com boa especificidade e sensibilidade e foram propostos ajustes nos pontos de corte para deficiência leve, moderada e grave. É um bom instrumento para se avaliar a deficiência considerando-se o padrão ouro construído.

Projetos Sociais + Investimento nas Apaes



Parceiros:





Coordenações Nacionais da Federação Nacional das Ajaes

Coordenação Nacional de Educação e Ação Pedagógica



Fabiana Maria G. S. Oliveira
Coordenadora de Educação e Ação Pedagógica

DOCUMENTO NORTEADOR DA COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO PEDAGÓGICA DA REDE APAE

O Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica da Rede Apae pode ser compreendido como mais uma iniciativa institucional organizada, com o intuito de atualização da área educacional, tendo em vista as políticas públicas relacionadas, em especial, no que se refere à Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), vigente no País.

A partir dos meados dos anos 90, as políticas de inclusão escolar vêm influenciando mudanças no contexto educacional, especialmente na operacionalização da modalidade educação especial. Suas diretrizes têm reflexo nas práticas pedagógicas e evidenciam lacunas, dentre elas, a formação profissional e a operacionalização das ações educativas, revelando desencontro entre o que preconiza a política e as ações ocorridas na escola, no que tange à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos.

A Rede Apae, por sua vez, imbuída do compromisso de empreender ações no sentido de contribuir para a efetivação do direito à educação de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, população alvo, a quem prioriza projetos, programas e ações, investe na atualização de documentos norteadores, a fim de manter suas unidades executoras coerentes com o que é praticado pelas políticas públicas no País.

Dessa forma, deu-se início à elaboração do Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica (2017), em uma reunião em que estiveram presentes

os coordenadores de educação da Rede Apae, nacional e estaduais, em setembro de 2015. Por isso, costuma-se dizer, trata-se de um documento construído a muitas mãos. Nessa reunião foram traçadas as primeiras diretrizes e definidas tarefas entre os presentes. Após essa reunião, a minuta foi enviada às Federações dos Estados para que os coordenadores criassem estratégias de discussão e contribuições ao texto, o qual deveria ser devolvido posteriormente à Fenapaes, para análise e tabulação das contribuições por Erenice Natália e Fabiana Oliveira, coordenadoras do projeto.

Entre meados de 2015 e o ano de 2016, muito trabalho e troca de sugestões aconteceram, até que ocorreu a última reunião para a finalização do documento, em dezembro de 2016. Foi um processo em que aconteceram várias formas de tramitação, inclusive com a participação das especialistas colaboradoras convidadas, cujas contribuições e sugestões contribuíram de forma relevante com o trabalho.

A proposta de construção colaborativa possibilitou que fossem deixadas marcas da diversidade como se compõe a Rede Apae, sob mediação da coordenação nacional de educação da Fenapaes e a participação das coordenações de educação das Feapaes dos estados, resultando o trabalho em um documento subsidiário às ações específicas nas unidades educacionais. Pretende-se que seja um documento indutor, motivador e orientador das ações profissionais dessa rede, no sentido de contribuir para a formação

de alunos capazes de superar barreiras impeditivas de sua aprendizagem e de conquistar autonomia e inclusão social.

Finalmente concluído, os Documentos Norteadores foram lançados oficialmente em março (2017) à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Fenapaes. Nos dias 30 e 31 de maio de 2017, o mesmo aconteceu com a participação dos coordenadores das áreas: Educação e Ação Pedagógica, Autogestão, Autodefensoria e Família, Educação Profissional Trabalho, Emprego e Renda e Educação Física e Desporto e Lazer, no Seminário “interdisciplinaridade na Gestão de Áreas de Atuação na Rede Apae”, organizado com essa finalidade.

Um desafio se impõe a toda à Rede Apae, a corresponsabilidade pela utilização dos documentos em todas as unidades, a começar pelos coordenadores dos estados que no evento se comprometeram com a apresentação e implementação em seus respectivos estados e municípios. Trata-se de documentos que poderão contribuir com a atualização das áreas de conhecimento e o trabalho com as famílias.

O Documento Norteador de Educação e Ação Pedagógica procura definir e esclarecer o papel da Escola Especial e do Centro de Atendimento Educacional Especializado, seus fundamentos, objetivos e forma de organização, defendendo, sobretudo o direito à educação dos alunos com deficiência intelectual e múltipla. Objetiva-se com este documento, consoante (FENAPAES, 2011):

- ▶ Desenvolver ações de educação especial objetivando o pleno desenvolvimento do potencial humano do aluno, garantindo a aquisição e preservação de habilidades e competências exigidas à vida;

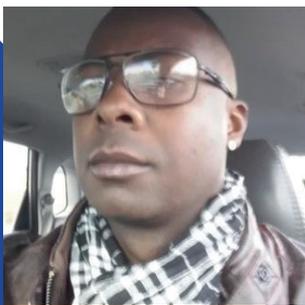
- ▶ Estabelecer diretrizes e ações educacionais e práticas pedagógicas de educação especial compatíveis com a legislação vigente;
- ▶ Criar canais para discussão e reflexão para implementação de ideias e ações inovadoras;
- ▶ Contribuir para a atenção integral e integrada das pessoas com deficiência intelectual e múltipla mediante ações articuladas nos aspectos biopsicossociais e educacionais;
- ▶ Promover análise crítica e conhecimento das políticas públicas, com vistas na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, participando ativamente de espaços de controle social;
- ▶ Socializar informações que possibilitem a construção de uma linguagem comum que venha a nortear a implantação, implementação e monitoramento das ações da educação especial da rede;
- ▶ Promover apoio e orientação às famílias das pessoas com deficiência intelectual e múltipla atendidas pela Rede Apae.

Nesse contexto, traz-se um estudo e orientações em que constam elementos sobre a trajetória histórica da Rede Apae, público-alvo e educação, sendo destaque neste último item, contexto atual, marcos legais, atuação e práticas pedagógicas (estratégias e atividades), com foco na implantação do Planejamento Educacional Individualizado (PEI), diversificação curricular, transversalidade, avaliação e uma rápida abordagem sobre famílias, tendo em vista a importância de mantê-las na condição de parceiras e com atuação valiosa na rede de apoio.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES - AAIDD. **Intellectual disability: definition, classification, and systems of supports**. Washington, DC: AAIDD, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 20 julho 2016.
- _____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 30 julho 2016.
- _____. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 3, DE 3 DE AGOSTO DE 2005**. Define normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos. Publicada no DOU de 8/8/2005, Seção I, p. 27.
- _____. **RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 30 julho 2016.
- _____. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 30 julho 2016.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Guia curricular para deficientes mentais educáveis, treináveis e semidependentes**. São Paulo, 1979.
- _____. **Coleção Educação Especial**. Fundamentos, v. 1 e 2. Brasília, DF, 1993.
- _____. **Coleção Educação e Ação /APAE Educadora: A Escola que Buscam: Proposta Orientadora das Ações Educacionais**. Brasília, DF, 1998.
- _____. **Política de Atenção Integral e Integrada para as Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla**. Brasília: Fenapaes, 2011.

Coordenação Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer



Roberto Antônio Soares

Coordenador de Educação Física, Desporto e Lazer

FUNDAMENTOS LEGAIS

O entendimento legal da função do Professor de Educação Física que tem sua profissão reconhecida e regulamentada pela Lei nº 9.696/98 é de suma importância para a construção de ações sólidas, efetivas e que transformam as propostas de um planejamento em intervenções com possibilidades reais de crescimento pessoal, promovendo o fortalecimento do indivíduo.

O decreto nº 3.276/99, parágrafo 4º, Art. 3º, define: "A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A ATUAÇÃO EM CAMPOS ESPECÍFICOS DO CONHECIMENTO FAR-SE-Á EM CURSOS DE LICENCIATURA, podendo os habilitados atuarem no ensino da sua especialidade, em qualquer etapa da educação básica".

A Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001 – em sua nova redação, diz no parágrafo 3º: a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica. A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Dessa forma, a educação física passa a ser exercida desde as creches até a terceira série do ensino médio, devendo estar integrada a proposta pedagógica da escola, podendo ser oferecida no mesmo horário das demais disciplinas ou separadamente (BRASIL, 1996).

O Conselho Nacional de Educação com o Parecer nº 138/2002, identifica como um documento norteador para Graduação em Educação Física, direcionando para duas vertentes: atenção à educação

e atenção à saúde e fundamentou a resolução CNE 07/2004, que estabeleceu as diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física. A resolução CNE nº 7/2004 introduz na área da saúde o profissional de Educação Física que saiu da Graduação e aponta que sua formação deve torná-lo apto a produzir ações de prevenção de: promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-desportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades física, recreativas e esportivas.

TRAJETORIA

Em 1967 foi integrado o profissional de Educação Física na Apae para ministrar aulas, facilitando a socialização em uma escola mais alegre e divertida. O Professor de Educação Física participava ativamente do processo de avaliação e diagnóstico do comportamento da criança.

O entendimento da cultura corporal incorporada pela Educação Física tem como seus conteúdos: jogos, esportes, danças, ginástica e lutas; tendo em comum a representação corporal como características lúdicas. E essas manifestações agem como benefícios fisiológicos e psicológicos e suas possibilidades como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura, caracterizando as propostas pedagógicas

gicas para a Educação Física Escolar. Os conteúdos a serem trabalhados no processo ensino aprendizagem devem considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social).

Neste processo as pessoas atendidas pelas Apaes passaram a vivenciar através de atividades praticas várias modalidades esportivas: futsal, basquete, futebol de campo, atletismo, natação, entre outros.

A Federação Nacional das Apaes, com o objetivo de oportunizar a jovens atletas não só participar de uma competição nacional, mas sobretudo momentos de conagração e interação social, desde o ano de 1973, vem realizando as Olimpíadas Especiais, de jovens que participam em diversas modalidades esportivas. As Olimpíadas, ao longo desses anos, têm se constituído num importante momento para o Movimento Apaeano: é a oportunidade para os atletas mostrarem seu potencial, evidenciando habilidades e superando obstáculos. Segue histórico de realização das Olimpíadas:

- ▶ I Olimpíada Nacional das Apaes (1973)
Rio de Janeiro – RJ
- ▶ II Olimpíada Nacional das Apaes (1974)
Rio de Janeiro – RJ
- ▶ III Olimpíada Nacional das Apaes (1976)
Belo Horizonte – MG
- ▶ IV Olimpíada Nacional das Apaes (1978)
Natal – RN
- ▶ V Olimpíada Nacional das Apaes (1980)
Curitiba – PR
- ▶ VI Olimpíada Nacional das Apaes (1982)
Belém – PA
- ▶ VII Olimpíada Nacional das Apaes (1984)
Brasília – DF
- ▶ VIII Olimpíada Nacional das Apaes (1986)
Florianópolis – SC
- ▶ IX Olimpíada Nacional das Apaes (1988)
Bauru – SP
- ▶ X Olimpíada Nacional das Apaes (1990)
Vitória – ES
- ▶ XI Olimpíada Nacional das Apaes (1992)
Campo Grande – MS
- ▶ XII Olimpíada Nacional das Apaes (1994)
Toledo – PR
- ▶ XIII Olimpíada Nacional das Apaes (1996)
Rio de Janeiro – RJ

- ▶ XIV Olimpíada Nacional das Apaes (1998)
Salto – SP
- ▶ XV Olimpíada Nacional das Apaes (2000)
Blumenau – SC
- ▶ XVI Olimpíada Nacional das Apaes (2002)
Feira de Santana – BA
- ▶ XVII Olimpíada Nacional das Apaes (2004)
Goiânia – GO
- ▶ XVIII Olimpíada Nacional das Apaes (2006)
Araraquara - SP
- ▶ XIX Olimpíada Nacional das Apaes (2009)
Belo Horizonte - MG
- ▶ XX Olimpíadas Especiais das Apaes (2012)
Maringá – PR
- ▶ XXI Olimpíadas Especiais das Apaes (2015)
Campo Grande - MS

A Coordenadoria Nacional de Educação Física, Desporto e Lazer da Fenapaes, dentre as suas competências destacam-se:

- ▶ Executar ações técnicas, educacionais difundindo uma linguagem unificada, deliberadas pela Federação Nacional.
- ▶ Coordenar reuniões com os Coordenadores Estaduais, registrando as deliberações em Ata;
- ▶ Organizar, estruturar, realizar eventos pertinentes a área estimulando a participação das Apaes, culminando assim com o trabalho do dia a dia;
- ▶ Elaborar e enviar sempre que atualizado o calendário Nacional de Atividades Esportivas;
- ▶ Divulgar o site da Federação Nacional das Apaes (www.apaebrasil.org.br) para os profissionais informando dos conteúdos para pesquisa.

DOCUMENTO NORTEADOR

O Documento Norteador da área de Educação Física, Desporto e Lazer tem como propósito desenvolver um conteúdo relacionado aos direitos, demandas e ações da Educação Física, Desporto e Lazer referente à atuação na rede Apae. O estudo tomou como principio bibliografias atuais dos melhores centros de pesquisa na área educacional e experiências exitosas produzidas pela rede Apae. Uma das estratégias para construção do documento foi organizar os capítulos de forma sucinta desde que alcance e disponibilize informações relevantes e consistentes.

Dentre as propostas podemos citar o capítulo 4 – ANAMNESE E AVALIAÇÃO FÍSICA, que se destaca o “**PROJETO APAE QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE**”, sendo adotada a nível nacional a padronização do método de avaliação, tornando acessível e eficiente o processo de registro de informações consistentes e fidedignas, colaborando com planejamentos, intervenções, encaminhamentos de casos específicos e um mapeamento para futuras pesquisas.

IDENTIDADE VISUAL



Uma das medidas utilizadas no método de avaliação é o comprimento da TÍBIA, que na ficha de avaliação o avaliador deve inserir o valor da estatura quando usar o método convencional com estadiômetro, ou inserir o valor da tíbia em casos específicos.



Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social



Anna Beatriz Langu Peranovichi Leite

Coordenadora de Defesa de Direitos e Mobilização Social

A Federação Nacional das Apaes desde 2012 incorporou em suas estratégias de atuação a Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social, com o objetivo de desenvolver ações que para contribuir com a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, por intermédio de mecanismos que possibilitem o respeito e o acesso aos direitos humanos fundamentais deste público, sejam eles civis, políticos ou sociais. Nosso

grande compromisso enquanto sociedade civil é funcionar como ação afirmativa incentivando a sociedade a reconhecer a deficiência e incorporá-la a todos os temas vinculados aos direitos humanos, e assim estimular que todas as políticas públicas e os programas contemplem a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Abaixo as competências da Coordenação:

- ▶ - Construir as diretrizes técnicas nacionais de trabalho da área de forma sistêmica, considerando a unidade de trabalho em Rede das Apaes;
- ▶ - Elaborar planejamento anual da área que sirva de parâmetro para construção dos planos de ação estaduais;
- ▶ - Definir estratégias de operacionalização das ações nos níveis estaduais e municipais;
- ▶ - Levantar dados sobre a violação de direitos das pessoas com deficiência no Brasil;
- ▶ - Promover formações e divulgação de informações sobre os direitos das pessoas com deficiência, suas atualizações e novos desafios;
- ▶ - Coordenar reuniões nacionais da área estimulando a participação das Feapaes e Apaes;
- ▶ - Representar a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) nos Conselhos Nacionais de Defesa de Direitos (Conanda, Conade, CNDH...)
- ▶ - Criar e manter uma planilha atualizada com os dados dos Coordenadores estaduais de defesa de direitos e mobilização social (Nome/ Cidade/ Data Nascimento/ Telefones/ Email/ Facebook / Endereço / Formação);
- ▶ - Acompanhar e monitorar a execução das ações propostas pela Fenapaes no plano de ação anual da área;
- ▶ - Assessorar as coordenações estaduais na execução de seus planos de ação, bem como disponibilizando material de consulta;
- ▶ - Disponibilizar bibliografias da área no site da Federação Nacional das Apaes (www.apaebrazil.org.br) para os profissionais informando dos conteúdos para pesquisa.

A Coordenação compreendendo a importância do controle social nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas públicas. Como exemplo há vários anos a Federação garante representação no Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), visando incidir na formulação de políticas públicas para as pessoas com deficiência intelectual e múltipla. O primeiro Conselho citado desmembra também em duas

outras importantes representações junto a Comissão Intersetorial e a Comissão Nacional ambas de Enfrentamento, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, tema este de fundamental relevância no que concernem as crianças e adolescentes com deficiência intelectual e múltipla.

“Compreender tais direitos como “fundamentais”, significa que eles não podem ser considerados como uma concessão do Estado. São direitos “proclamados” e (e não “concedido” na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948). Assim, “cada pessoa, portanto, deve ter a possibilidade de exigir que a sociedade e todas as demais pessoas respeitem a dignidade e garantam os meios de atendimento das suas necessidades básicas.” (AFONSO e ABADE, 2008, pag. 10 apud SCHIEFER, 2004)

A citação do autor nos traz a reflexão que impulsiona a defesa da causa da pessoa com deficiência, mas, sobretudo, com os próprios atores que motivam a causa, ou seja, as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias, favorecendo ações que estimulem que elas exerçam a cidadania e sejam agentes ativos nos processos de tomada de decisão que envolve os seus direitos. Incentivar que eles permeiem os espaços de discussão política como Fóruns, Conselhos, Conferências e outros e possam expressar seus pontos de vista, expectativas e necessidades. Assim:

Ednaldo Feitosa, adolescente, aprendiz da Unidade de Sobradinho da Apae DF, representou a Federação Nacional das Apaes no Encontro Pela Absoluta Prioridade da Criança e do Adolescente, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Carta Reivindicações: Na oportunidade Ednaldo Feitosa, leu e entregou o documento em nome das pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

“Precisamos que todos os ambientes estejam preparados para nos receber. Nossa deficiência não é física. Nossa dificuldade é outra. Nós aprendemos num ritmo diferente. Nós interagimos de um jeito diferente. Então precisamos de outro tipo de cuidado. Precisamos que as pessoas tenham mais paciência com a gente. Precisamos que falem com mais calma, com mais carinho. Precisamos que respeitem nosso jeito de ser” (texto da Carta de Reivindicações)

O Encontro foi realizado nos dias 8,9 e 10 de dezembro, em Brasília(DF). O objetivo foi produzir insumos a partir dos diversos campos de inserção e atuação dos participantes, fortalecendo o processo de preparação para a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, programada para abril de 2016.

Também participou das discussões, Anna Beatriz P. Leite, Coordenadora Nacional de Defesa de Direito e Mobilização Social da Federação Nacional das Apaes.

Além da participação, do adolescente Edinaldo e a Coordenadora Nacional no evento mencionado acima, também participaram da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que ocorreu de 24 a 27 de abril de 2016 e teve como tema “Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente”, e reuniu 1.187 delegados, convidados e observadores. O evento teve por objetivo consolidar as iniciativas em torno da execução dos planos e políticas já existentes, estabelecer e integrar políticas ao planejamento público em uma perspectiva de dez anos.

A Coordenação de Defesa de Direitos e Mobilização Social na representação junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente garantiu no planejamento estratégico para a gestão do biênio 2018/2019, no escopo da Comissão de Políticas Públicas a elaboração de uma resolução para tratar dos principais temas da Lei Brasileira de Inclusão que têm relação com a infância e adolescência a fim de orientar estados e municípios sobre o tema, visando garantir a transversalidade do tema nas políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes. Sem contar que estamos garantindo na maioria das resoluções que o tema da deficiência esteja expresso claramente nestes documentos de maneira a tornarmos visíveis as pessoas com deficiência nas políticas públicas.

Outro ponto importante a ser levantado, no que se destina aos nortes de referência que a Coordenação Nacional tem assumido, é sem dúvida alguma a de fortalecer as Coordenadorias Estaduais, de maneira a ampliar o leque de possibilidades de intervenções das situações que assolam as pessoas com deficiência. Desta maneira em 2012 ocorreu o 1º Encontro Nacional com os Coordenadores Estaduais de Defesa de Direitos e Mobilização Social, na época sobre outra coordenação. No mês de

junho de 2017 realizamos o 2º Encontro Nacional da mesma Coordenação, que reuniu 22 estados do país, além da aproximação com os coordenadores estaduais, os mesmos puderam expor o cenário da realidade de seus estados e propuseram uma vasta reflexão das violações de direitos que as pessoas com deficiência estão sujeitas em seu cotidiano. Além da exposição dos estados quanto ao diagnóstico da realidade, os mesmos construíram um plano de ações estruturantes para que possam implantar em seus estados, pela ótica das próprias demandas demarcadas por eles no encontro. A meu ver, foi um momento rico para alavancarmos algumas ações nas cinco regiões do país e levar na ponta atuações de defesa de direitos das pessoas com deficiência. Cabe agora acompanharmos o andamento das ações e avaliarmos os resultados que virão.

Mais um motivo de grande satisfação para a Coordenação é a elaboração do Documento Norteador da área de Defesa de Direitos e Mobilização Social que será publicado ao final de 2017 e servirá de base para os estados e municípios implantarem ações na área. A seguir vamos discorrer sobre o Programa Todos pelos Direitos, mostrando um dos trabalhos que será descrito no documento.

PROGRAMA TODOS PELOS DIREITOS

O Programa Todos pelos Direitos nasceu da experiência do Serviço de Defesa e Garantia de Direitos da APAE DE SÃO PAULO ao verificar, por meio do acompanhamento de famílias atendidas na instituição, uma série de violações de direitos associados à pessoa com Deficiência Intelectual e suas famílias.

Além das violações de direito, constatou-se um grande número de casos de violência contra a criança e o adolescente com Deficiência Intelectual, como agressões verbais e físicas. Normalmente, eram acompanhadas pela justificativa de ensinar e impor limites. Por vezes, em alguns casos, não tão raros, apuraram-se maus-tratos, surras, negligência e abuso sexual.

O Programa teve início em 2011, inicialmente com status de Projeto. Atuou na formação e articulação das redes de defesa e garantia de direitos da infância e da adolescência em municípios do Estado de São Paulo, contando com patrocínio da Petrobras.

A primeira fase do Programa entre 2011 e 2012, envolveu 46 municípios do Estado de São Paulo, com objetivo de reconhecer de territórios e suas realidades sobre a violência contra a criança e adolescente com deficiência. Em 2012, foram selecionados 06 municípios, para uma experiência de formação e articulação dos atores da rede,

De 2013 a 2015, para efetivação de ações, foram selecionados outros 37 municípios, utilizando-se como critério de escolha os dados do Censo Demográfico de 2010, considerando o número de crianças e adolescentes com deficiência.

A partir de 2015, em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD/ SP), foi executado em 29 municípios do Estado, o Projeto Enfrentamento à Violência contra a Pessoa com Deficiência em encontros regionais. Participaram das ações do projeto profissionais das redes de defesa e garantia de direitos, de 430 municípios do Estado de São Paulo.

De 2016 a 2017, a Apae desenvolveu, novamente em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo (SEDPcD/SP), o Projeto Enfrentamento à Violência contra a Pessoa com Deficiência em fóruns regionais em 46 municípios do Estado. Propôs também a construção, pelos atores da rede, de um plano de ação e levantamento de proposições para políticas públicas.

De 2016 a 2017, com o apoio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), foi desenvolvido o Projeto Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes com Deficiência, mobilizando os atores da rede para identificação e intervenção em situações de violência e violação de direitos contra crianças e adolescentes com deficiência em 12 municípios, não contemplados anteriormente.



Coordenação de Autogestão, Autodefensoria e Família



Elcira Bernardi

Coordenadora Nacional de Autodefensoria e Família e

Jaqueline Pilger

Coordenadora Adjunta a Coordenação Nacional de Autogestão, Autodefensoria e Família

As ações desenvolvidas nesta coordenação estão voltadas a informar a pessoa com deficiência intelectual e múltipla e sua família sobre os princípios do programa de Autogestão, Autodefensoria e Família, dando-lhes voz e incentivando sua participação ativa na sociedade, fortalecendo e favorecendo sua inclusão.

Em 2015, lançamos o Documento Norteador de Autogestão, Autodefensoria e Família, com orientações e exemplos práticos para a criação e organização de projetos transversais que desenvolvam a autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla nas atividades práticas da vida em diversos níveis e espaços de socialização.

Em 2016, a Coletânea de Cartas dos Autodefensores que expressam o espírito de cidadania e as reivindicações em áreas como saúde, educação, assistência social e trabalho visando alcançar a melhoria da qualidade de vida e garantir espaços para o exercício de direitos e deveres da pessoa com deficiência intelectual e múltipla na sociedade.

Em 2017, o Documento Norteador Autogestão, Autodefensoria e Família com orientações para o trabalho com as famílias no contexto da Rede Apae - construído de forma democrática e participativa, com análise de documentos históricos, fundamentação teórica, projetos desenvolvidos em unidades Apaeanas e depoimento de fa-

miliares que servem de incentivo para promover a autogestão desde a tenra idade.

A partir deste documento foi elaborado um plano de implementação para corroborar com a missão da rede Apae buscando o empoderamento das famílias e melhor qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. No Seminário sobre Interdisciplinaridade na Gestão de Áreas de Atuação na Rede Apae promovido em maio de 2017, estabelecemos estratégias para fortalecimento e unicidade do trabalho, sendo elas: nomeação de responsáveis regionais/locais do programa de Autogestão, Autodefensoria e Família; multiplicação das informações por meio de reuniões no estado; construção do plano de ação local e estadual, respeitando as especificidades no trabalho com a família; criação de curso à distância pela Uniapae para operacionalizar o Programa de Autogestão, Autodefensoria e Família para Rede Apae; e organização de um canal institucional para comunicação entre os responsáveis pelo programa. Os trabalhos serão acompanhados através de relatório padrão de atividades e avaliados a partir de indicadores de execução qualitativos e quantitativos.

O projeto Lei Brasileira de Inclusão comentada pelos autodefensores está em andamento com previsão de lançamento no 26º Congresso Nacional das Apaes e 7º Fórum Nacional de Autogestão e Autodefensoria em Natal - RN.



Destacamos o apoio da Presidente Aracy e sua diretoria junto ao trabalho desta coordenação que fortaleceu nossas ações, dando oportunidade aos autodefensores e coordenadores dos estados a participarem de eventos, seminários, congressos e festivais nacionais. E queremos registrar nossa homenagem de carinho e saudade ao autodefensor José Lucas Ferreira dos Santos, um guerreiro incansável em nossa luta.

No trabalho de autodefesa, as pessoas com deficiência intelectual e múltipla conseguem ganhar aquilo de que mais necessitam: serem respeitadas como seres humanos, o que se distancia do assistencialismo, do paternalismo e da infantilização. Devem ser vistas como adultas que podem e devem defender seus diretos e ter seus deveres no dia a dia como qualquer outra pessoa. E para que isto aconteça, desde cedo à família deve ser apoiada na aceitação da deficiência. Existem vários tipos de famílias, onde os papéis maternos e paternos são multidimensionais, complexos e diferentes, a depender do contexto cultural, econômico e social. É um sistema de relações que deve possibilitar o desenvolvimento de cada um de seus membros. A família tem que compreender a importância de sua postura e precisa ser apoiada.

A família constitui o primeiro espaço de socialização e representa uma relação complexa e de muita vivência emocional, promovendo o desenvolvimento de seus membros. Como um sistema aberto, a relação familiar é determinante na formação da personalidade; valores, emoções, enfim, tudo que se refere ao íntimo de uma pessoa. De igual forma a construção íntima de uma pessoa influencia as relações do grupo familiar, então, frente aos desafios a orientação familiar deve principalmente cuidar das relações e das construções internas dos indivíduos. Para isso há de ser construída certa flexibilidade, com o objetivo de que sejam alcançadas as mudanças necessárias, capazes de fazer frente aos desafios impostos pela vida. O nascimento de um filho com deficiência representa

um desses desafios, mobilizando a família dos pontos de vista emocional, social, econômico, dentre outros. A estrutura e a dinâmica nessas famílias têm muitas vezes que ser readaptadas e a realidade independentemente de seus níveis socioeconômicos e culturais são complexas, muitas vezes marcada pelo inconformismo e baixas expectativas em relação ao desenvolvimento da pessoa com deficiência.

O protagonismo social na rede Apae é defendido como forma de incentivar as famílias, potencializando sua liderança e energia, ampliando conhecimentos e fortalecendo-se como agente da própria transformação, rumo ao máximo desenvolvimento humano, social e econômico de seus filhos. Para isso, a família precisa, ela mesma, empoderar-se e ser empoderada. Sabe-se que as relações familiares implicam em um aprendizado constante, com base nas vivências compartilhadas e positivas, na ampliação do conhecimento e na desmistificação da deficiência como uma condição adversa e fatalista. As experiências e as oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento cultural são condições para que as famílias reavaliem seus conceitos de deficiência e contribuam para que a cultura e a sociedade assim o façam, enfrentando os preconceitos e as concepções historicamente instituídas. É preciso que o impacto do nascimento de um filho com deficiência evolua para sua boa aceitação e superação de seus limites, buscando na família formas de (re)organização interna, contando com o apoio do próprio núcleo familiar e das instituições. A família deve reconhecer a pessoa com deficiência e não apenas a deficiência. A família é o primeiro grupo social a que o sujeito pertence, onde ele se constitui através de vivências de afeto, apoio, estímulo, limites, frustrações e desafios, contribuindo assim para a formação de sua personalidade. Nesse percurso, as orientações da Apae e a construção de uma relação de confiança e de apoio mútuo são fundamentais, principalmente por ser uma associação de pais e por ter como missão o apoio à família.

Coordenação Nacional de Artes



Rosânia de Almeida
Coordenadora Nacional de Artes



As ações apresentadas pela Coordenação Nacional de Arte nos convidam a pensar e refletir sob diferentes perspectivas quanto ao ensino de arte na área da educação especial, a realização dos festivais de Arte e seus desdobramentos enquanto conhecimentos artísticos para contribuições efetivas no desenvolvimento e promoção da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Em andamento, o Documento Norteador de Arte: Ações Norteadoras Rede Apae apresenta caminhos para diálogos e trocas de experiências, no que se refere ao papel da arte nos processos de ensino, produção e avaliação em todos os níveis de atendimento ofertados nas unidades educacionais da rede

Apae, apresenta resumidamente a trajetória histórica do ensino de arte no Brasil, visando a contextualização do ensino da arte nas Apaes.

A partir de concepções teóricas, aborda a importância da formação contínua e permanente docente em arte; a importância da Linguagem da arte no desenvolvimento humano e entre outros objetivos no qual fortalece os trabalhos artísticos voltados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

Uma das propostas do documento é oportunizar o docente a refletir sobre sua prática e sua teoria, desencadeando relações e conexões inúmeras para um repensar. Ao refletir as rupturas, começa-se a romper com aquilo que já estava cristalizado. A necessidade de mudar sua prática traz a coragem necessária para romper. Para tal, se precisa estabelecer o diálogo, reler, desconstruir, construir, projetar e reprojetar e assim terá a possibilidade de descobrir as diferenças e as transformarem em potencial fazendo releituras de metodologias que vislumbra a interação social, as descobertas de potencialidades artísticas numa dinâmica constante, flexível e em movimento.

Com a visualização do potencial, do diálogo, da releitura e com a clareza das diferenças, na interação do processo de ação – reflexão é possível uma transformação. Com isso acreditamos proporcionar ao docente um novo olhar para o ensino de arte nas

Apaes, alicerçado em propostas de ações que se concretizarão nas relações entre arte, ensino e educação especial.

Elucidaremos alguns pressupostos teóricos contidos no documento Arte - Ações Norteadoras (2017, em construção):

Com objetivo de levantar questões sobre novos direcionamentos referente aos trabalhos artísticos a serem desenvolvidos nas escolas especiais, apresentamos alguns pressupostos teóricos e sugestões de encaminhamentos metodológicos, sem criar um currículo diferenciado, específico para um determinado grupo de estudantes, mas respaldado no respeito a diversidade e nas possibilidades de aprendizagens que requer algumas adaptações e flexibilidades quanto aplicação nas práxis pedagógicas do professor em sala de aula.

A literatura tem pontuado a importância da arte no campo da educação e no entendimento em diferentes perspectivas, entretanto sem descaracterizá-la de sua essência. Numa dimensão mais ampla, a Arte transita entre as disciplinas do currículo escolar, envolve competências dentro da diversidade a serem desenvolvidas, estabelece relação entre os valores históricos e humanos. Neste aspecto, a Arte exerce diferentes funções no intuito de fazer com que se percebam diferentes culturas e modos de vida presente entre os indivíduos da sociedade e concomitantemente, as suas especificidades enquanto processo artístico.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), nos remete a reflexão quanto a importância da educação em arte e seus desdobramentos inerentes a interdisciplinaridade:

“A Educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da estética, que caracterizavam um modo próprio de ordenar e dar sentido a experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. Esta área também favorece ao aluno relacionar-se criadoramente com outras disciplinas do currículo.” (BRASIL, 1997, p. 19).

Mediante a definição, emerge um conjunto de características possíveis a serem desenvolvidas, estabelecendo relações entre as disciplinas do currículo escolar numa proporção que transcendem os espaços escolares, articulando todos os sentidos que ampliam a capacidade de aprendizagem, usando a arte como um caminho a ser percebido e usufruído.

Segundo FORQUIN (1982), referente às linguagens artísticas conduzem para reflexão quanto a:

{...} pedagogia na qual os diversos tipos de expressão estejam em relação uns com os outros, se prolonguem, se completem e se reflitam mutuamente: é assim que a expressão corporal, a expressão poética a expressão plástica (a pintura, escultura, colagem, diversos arranjos de matérias e de formas) são permeáveis uma à outra, se provocam, se chamam, se retomam reciprocamente, num movimento perpétuo de simbologia aberta e de somatório expressivo. Deste modo, uma mesma impressão pode ser traduzida por uma improvisação musical ou por um arabesco pintado, um poema, pode transformar-se em pantomima, uma música ouvida e assimilada pode encontrar numa pintura abstrata um equivalente emocional perfeitamente expressivo, etc. Uma pedagogia estética global é, portanto, antes de mais nada, uma derubada das divisões que separam as diversas atividades expressivas (FORQUIN, 1982, p.31).

O ensino da arte nas escolas especiais tem suas peculiaridades, admitem novos encaminhamentos metodológicos e aguçam desafios aos professores que precisam de recursos inovadores no modo de conduzir seus estudantes com deficiência intelectual e múltipla em experiência que dialogam com as questões estéticas e se apropriam das linguagens artísticas das artes visuais, da dança, do teatro e da música, de modo concreto e pertinentes aos processos criativos da arte.

Diante desta concepção, historicamente, os trabalhos de arte nas escolas especiais da Rede Apae, vem se construindo e reconstruindo em consonância as mudanças de paradigmas da educação brasileira, e também, se apodera das transformações e se rein-

venta a propósito de atender seus estudantes com deficiência intelectual e múltipla contemplando suas necessidades, entretanto, o que permanece é a foco do seu trabalho centrado nas potencialidades destes numa dimensão ampla, conectado a formação como cidadão capaz, apto uma vida com dignidade, "...partindo das potencialidades, da capacidade própria do ser humano de quebrar limites inventando no cotidiano a novidade e desafiando também, no cotidiano o segredo da vida (Azevedo, 2007, pag. 104).

Na prática, ainda persiste resquícios de métodos tecnicistas, a atividade pela atividade, com a repetição constante de atividades como o pintar, desenhar, rasgar e colar papel num ato mecânico, desprovido de qualquer intenção expressiva e de construção de conhecimento. Os trabalhos manuais interpretados como conteúdo de arte e o hábito cultural de preservar as datas comemorativas como parte integrante das aulas de artes e para confirmar, Ana Mae Barbosa (2007, p.14), em seus relatos coloca que "... continuam a ser utilizadas principalmente as datas comemorativas, na produção de presentes muitas vezes estereotipados para o dia das mães ou dos pais."

Diante deste quadro, realçamos a importância de mudanças de paradigmas na arte nos espaços das escolas especiais, propondo uma prática pedagógica convergente aos processos criativo e aberto, transformador calcado em uma linha de ensino de arte mais contemporânea, como por exemplo, as concepções baseadas em Deleuze e Guattari (1995).

Na perspectiva Deleuziana, a ideia de conhecimento está calcada em uma dimensão aberta, flexível, em movimento e, principalmente, nas diferenças.

Não se trata de impor formas de arte supostamente refinadas e outras que cremos não o ser. Trata-se, pelo contrário, de tomar conhecimento da capacidade sensível para viver esteticamente (e eticamente) no eixo da ação educacional.

Conceber a arte como experiência e a obra como relato aberto oferece-nos um ponto de partida privilegiado para melhorar a motivação dos estudantes para a educação artística, porque permitem incluir, como objeto de estudo, os artefatos de sua própria cultura estética, promovendo desse modo, uma maior integração entre suas experiências vitais de arte (AGUIRRE, 2009, p. 170).

Questionar a ordem do instituído, da hierarquia entre os saberes, também constitui o cerne das ideias de Deleuze e Guattari (1995), assim como argumentos como flexibilidade, heterogeneidade, conexão, ao defenderem que o pensamento se faz diante de desafios, que não começa de um ponto determinado, mas de qualquer parte, seja ele qual for. Sob essa perspectiva teórica, o professor e o aluno estão em um processo de vir a ser em movimento, em criação, envolvidos em transformações. Cabe à educação a responsabilidade pela dissolução, pela criação e pela transformação da realidade ou pela compreensão das múltiplas realidades a que a escola está circunscrita e por transformá-las.

Neste contexto lançamos aqui o desafio de promover e desenvolver estratégias de trabalho respaldados em construções cotidianas, voltados na ampliação de suas capacidades cognitivas, na expressão de sentimentos e necessidades de expandir a criatividade e as potencialidades dos estudantes.

Acreditamos que esse documento desencadeará um repensar sobre o ensino de arte nas redes Apaes em nível de Brasil, o seu real papel no desenvolvimento dos estudantes com deficiência intelectual e múltipla, bem como, sua função nos aspectos psicológicos, sociais, culturais e educacionais.

Assim, convidamos você docente a traçar o seu rizoma e caminhar rumo à transformação de sua ação docente na área de Arte.

REFERENCIAS

- AGUIRRE, I. **Imaginando um futuro para a educação artística**. In: TOURINHO, I.; MARTINS, R. **Educação da cultura visual: narrativas de ensino e pesquisa**. Santa Maria, RS: UFSM, 2009.
- AZEVEDO, F. A. G. de. **Movimento Escolinhas de Arte: Em Cena D.Noemia Varela e Ana Mae Barbosa**. São Paulo, Tese de Mestrado ECA/USP, 2000.
- BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte** (org.). - 3 Ed. - São Paulo: 2007.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental**. - Brasília: MEC/SEF, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs - **Capitalismo e Esquizofrenia**, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a. (Coleção TRANS).
- PUCETTI, Roberta; SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. **Diversidade e autoimagem: da representação à apresentação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2., Anais... Londrina: UEL, 2011.
- PUCETTI, Roberta. **A Arte na Diferença: um estudo da relação da arte/conhecimento do deficiente mental**. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.



semananacionaldapessoa com **deficiência** intelectual e **múltipla** 2017

Pessoas com deficiência: direitos, necessidades
e realizações.

Todos os anos, a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes), por meio da “Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla” abre debates e coloca a sociedade em reflexão no dever da igualdade para inclusão.

Com base no tema: **“Pessoa com deficiência: direitos, necessidades e realizações”**, a Fenapaes tem como objetivo quebrar tabus e vencer as barreiras da desigualdade, lutando pelos direitos das pessoas com deficiência, que têm a necessidade de apoio em diversas áreas: social, familiar, escolar, trabalhista e etc, para que a inclusão se torne efetiva e as pessoas com deficiência se tornem mais preparadas e amparadas diante das dificuldades da vida.



Saiba mais em
www.apaebrasil.org.br



EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

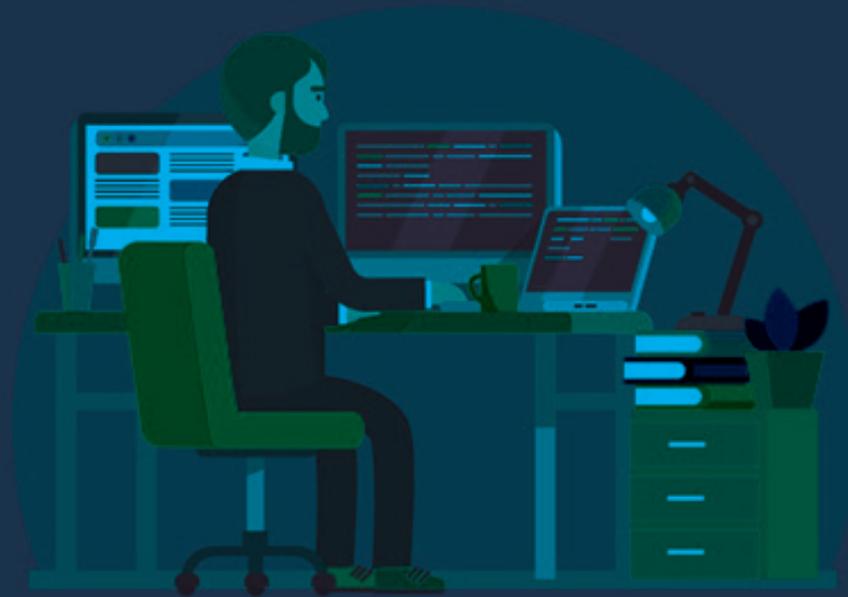
ao seu alcance.



Universidade
Corporativa



- ✓ Brinquedoteca e o desenvolvimento das pessoas com deficiência.
- ✓ Estimulação Precoce.
- ✓ A importância do desenho no aprendizado infantil.
- ✓ Desenvolvimento Neuromotor.
- ✓ Portal Sincov: Credenciamento, elaboração, execução e prestação de contas.



Acesse o portal e
confira todos os cursos.

CURSOS.UNIAPAE.ORG.BR

 facebook.com/uniapae

Mais informações: (61) 3224-9922
secretaria@uniapae.org.br

Realização:





FENAPAES
Federação Nacional das Apaes

Revista *Mensagem* da APAE

www.apaebrasil.org.br

Siga-nos:  Apae Brasil  @brasilfenapaes  @apaebrasil  Apae Brasil